



Contribuição dos Media Audiovisuais para a representação de eventos LGBTI+

Luís Duarte Santos Sousa

Relatório de Estágio do Mestrado em Cinema e Televisão

Janeiro, 2020

Este Relatório de Estágio destina-se ao cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau Mestre em Cinema e Televisão e foi realizado sob orientação do Professor Doutor Jacinto Godinho

Matar o sonho é matarmo-nos.

É mutilar a nossa alma.

*O sonho é o que temos de realmente nosso,
de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso.*

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Os primeiros agradecimentos vão para a minha família, que sempre me proporcionou todas as ferramentas necessárias para investir na área que escolhi e me apoiou em todas as decisões, incentivando-me sempre a ser o melhor possível. Aos meus pais, irmã, avós, tios e primos, um grande obrigado por terem acreditado em mim.

À minha melhor amiga, pelos longos serões de estudo e trabalho, e por me ter dado sempre força nos momentos mais difíceis durante o mestrado.

Ao meu grupo de amigos e às minhas afilhadas, que me ofereceram um ambiente familiar em Lisboa, fazendo-me sentir em casa.

A todos os Professores de quem tive o privilégio de ser aluno. Fizeram de mim o ser humano que sou hoje, com uma enorme vontade de aprender constantemente.

Ao Professor Doutor Jacinto Godinho que, além de me ter acompanhado durante a licenciatura, aceitou orientar-me nesta fase do mestrado, contribuindo para que desempenhasse este relatório da melhor forma.

Ao meu orientador no local de estágio, Nelson Farrim, pela amizade e por toda a confiança que depositou em mim durante o período de estágio. Às restantes pessoas do Pois.pt que contribuíram para que o meu desempenho no local de estágio fosse sendo melhorado.

Por último, não posso deixar de agradecer à FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), da Universidade Nova de Lisboa, por ter sido a minha segunda casa durante os últimos cinco anos, e por me tornar uma pessoa com a mentalidade mais crítica e aberta.

Contribuição dos Media Audiovisuais para a representação de eventos LGBTI+

Luís Duarte Santos Sousa

Resumo:

Grande parte do conhecimento que possuímos deriva dos media, principalmente dos media audiovisuais, que têm moldado a forma como as audiências, nas últimas décadas, formam a sua opinião em relação a pessoas e eventos.

A representação de determinados grupos minoritários nos media audiovisuais, além de ser um espelho da sociedade em geral, leva também à construção de ideias relacionadas com os mesmos, muitas vezes perpetuando estereótipos negativos e, conseqüentemente, comportamentos discriminatórios, perante as minorias, pela restante população.

A população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e outros), como grupo minoritário, tem também sido alvo de preconceito, e mal representada, nos órgãos de comunicação social ao longo de vários anos. O enquadramento e apresentação de eventos nos media afetam a forma como os recetores da informação interpretam os mesmos. Contudo, conscientes da representação de que são objeto, os ativistas LGBTI+ têm apostado numa relação de proximidade com os media, com o objetivo de melhorar a representação da comunidade.

Será que os novos media têm contribuído para melhorar a divulgação e representação da comunidade, utilizando a internet para disseminar mais informação relacionada com esta? O estágio na multiplataforma online LGBTI+ Pois.pt proporcionou-me investigar a forma como funciona um órgão de comunicação direcionado para a população LGBTI+.

Para obter um meio de comparação, decidi analisar todas as peças informativas presentes no site da TVI (Televisão Independente), “TVI Player”, relacionadas com a população LGBTI+ do ano 2019, e entender a forma como esta comunidade é representada neste media audiovisual generalista.

Palavras-chave: Media Audiovisuais; Comunidade LGBTI+; Eventos; Televisão; Representação; Pois.pt; TVI; Multiplataforma.

Contribution of Audiovisual Media to LGBTI+ Event Representation

Luís Duarte Santos Sousa

Abstract:

Much of our knowledge comes from the media, especially audiovisual media, which has positioned audiences, in recent decades, in relation to people and events.

The representation of certain minority groups in the audiovisual media, besides reflecting much of society in general, also leads to the construction of ideas related to them, often perpetuating negative stereotypes and, consequently, discriminatory behavior towards minorities by the rest of the population.

The LGBTI+ population (Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Intersex, and others), as a minority group, has also been a target of prejudice and misrepresentation in the media for several years. The framing and presentation of events in the media affects the way information is interpreted by the audience. However, aware of their representation, LGBTI+ activists have been focusing on a close relationship with the media in order to improve community representation, particularly in audiovisual media.

New media have greatly contributed to improving community outreach and representation, by using internet to disseminate more information related to it. The internship, on the LGBTI+ online multiplatform “Pois.pt”, helped me to understand how a media organization for the LGBTI+ population works.

For the sake of comparison, I decided to analyze all the informative segments on the TVI (Independent Television) website, “TVI Player”, related to the LGBTI+ population of the year 2019, and to understand how this community is represented in this generalist audiovisual media.

Keywords: Audiovisual Media; LGBTI+ Community; Events; Television; Representation; Pois.pt; TVI; Multiplatform.

Índice

Introdução	8
Capítulo I – Estágio Curricular no Pois.pt	10
1.1. Pois.pt – multiplataforma LGBTI+	10
1.2. Estágio curricular	11
1.3. Experiência de estágio	12
1.4. Atividades desenvolvidas	13
1.5. Balanço crítico	14
Capítulo II – Movimento LGBTI+	16
Capítulo III – Comunidade LGBTI+ nos media	21
3.1. Contribuição media para a visibilidade de grupos minoritários	21
3.2. Invisibilidade de grupos “não-heteronormativos”	23
3.3. Representação da comunidade LGBTI+ nos media	28
3.4. Importância da visibilidade da comunidade LGBTI+	32
Capítulo IV - Eventos LGBTI+	37
4.1. Divulgação de eventos	37
4.2. Cobertura destes eventos em órgãos de comunicação generalistas	38
Capítulo V - a migração do audiovisual para o digital	40
5.1. Aparecimento de novas plataformas	40
5.2. Importância do Audiovisual para a representação de um evento LGBTI+.....	43
Capítulo VI: Impacte da representação mediática da comunidade LGBTI+	49
Capítulo VII: Estudo de Caso	51
7.1. Cobertura de eventos LGBTI+ na TVI	51
7.2. Peças relacionadas com a comunidade LGBTI+ na “TVI Player” em 2019	52
7.2.1. Análise das Peças	52
7.2.2. Conclusões acerca da representação da comunidade LGBTI+	57
7.3. Comparação com a representação da comunidade LGBTI+ no Pois.pt	58
Conclusões	60
Bibliografia	63

Introdução

Os meios de comunicação social sempre tiveram, principalmente para quem não tem contacto direto com outras culturas, uma forte influência nas massas, pela forma como apresentam a realidade a essas pessoas.

Segundo Pierre Bourdieu, os Mass Media “têm o poder de construir a realidade” (1991). Por isso, influenciam a forma como as audiências se posicionam perante eventos e comunidades ativistas. Com este poder, podem contribuir para aumentar ou atenuar as desigualdades sociais.

Muitas vezes, as posições das pessoas em relação a um determinado movimento ou evento social são construídas após o enquadramento utilizado pelos media audiovisuais. Daí a importância de tratar estes assuntos de forma adequada.

Tenho como objetivo, através deste relatório de estágio, analisar como é que os media audiovisuais contribuem para a cobertura e divulgação dos eventos destinados à população LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexo e outras orientações sexuais, identidades e expressões de género) em Portugal.

O estágio a que me propus fazer, na multiplataforma “Pois.pt”, consistiu na cobertura e divulgação de eventos direcionados ao público LGBTI+, enquanto repórter e editor de imagem. Além das reportagens, foi-me proposto fazer entrevistas, em vídeo, a várias pessoas que estejam ligadas, direta ou indiretamente, à causa LGBTI+.

Através deste estágio de três meses, tive oportunidade de acompanhar como é que um órgão de comunicação social destinado à população LGBTI+ cobre estes eventos. Para ter um meio de comparação com um órgão de comunicação audiovisual generalista, analisei todas as peças informativas relacionadas com a temática LGBTI+ no site TVI Player, da TVI, que foram publicadas entre janeiro e dezembro de 2019. Assim, pude comparar, em dois meios audiovisuais diferentes, a forma como os mesmos eventos são apresentados ao público.

O que é que se pode considerar um evento LGBTI+? Como é que um evento destes é divulgado? De que forma é que estes eventos são tratados em órgãos de comunicação social LGBTI+ e em que difere dos órgãos generalistas? Estarão os órgãos de comunicação social portugueses preparados para cobrir eventos deste género?

Estas são algumas das questões que pretendo responder através deste relatório, averiguando se, em Portugal, os meios de comunicação audiovisuais contribuem, ou não, para a falta de visibilidade e exclusão social deste grupo minoritário.

Este relatório está dividido em sete capítulos. O primeiro é dedicado ao estágio realizado no Pois.pt, uma multiplataforma online direcionada para a população LGBTI+. Neste capítulo vou abordar quais as atividades desenvolvidas, como foi a minha experiência de estágio e fazer um balanço crítico sobre o mesmo. Os capítulos entre o dois e o seis relacionam-se com a investigação, desde a forma como a comunidade

LGBTI+ tem sido representada nos media ao longo dos anos até à migração para o digital e o aparecimento dos novos media audiovisuais. No sétimo, e último, capítulo, procederei à análise de todas as peças informativas, de 2019, presentes no site da TVI, “TVI Player”, relacionadas com a temática LGBTI+ com o objetivo de obter mais conclusões relativamente à forma como esta comunidade é representada neste media audiovisual generalista.

Capítulo I – Estágio Curricular no Pois.pt

1.1. Pois.pt – multiplataforma LGBTI+

O Pois.pt é uma multiplataforma online, criada em janeiro de 2018 por Nelson Farrim, dedicada à comunidade LGBTI+. Segundo Nelson Farrim, numa entrevista para a Rádio Zero, em Portugal “havia falta de uma multiplataforma dedicada à população não-heterossexual”, que não fosse apenas um portal de notícias, mas que englobasse também um conjunto de vários conteúdos, tais como entrevistas, reportagens, sessões fotográficas, entre outros.

Uma das principais razões para a criação desta multiplataforma foi a “possibilidade de dar visibilidade e representatividade à comunidade LGBTI+”. De acordo com Nelson, nos dias que correm, ainda existem muitas pessoas que desconhecem o real significado da sigla LGBTI+ e a que esta se refere.

Esta multiplataforma sempre teve como objetivo representar e “normalizar” socialmente todo o tipo de indivíduos, independentemente da orientação, raça ou sexo. Ao representar, acaba também por dar força e voz a todas as pessoas, tocando em temas LGBTI+ que eram, e continuam muitas vezes a ser, “omitidos” pelos meios de comunicação tradicionais. Como indica Shapiro (2004), a internet tornou-se uma ferramenta que pode ser muito bem aproveitada pelos ativistas, que direcionam o seu foco para uma audiência específica, neste caso, a comunidade LGBTI+.

De acordo com Diogo Vieira da Silva (2019), representante da Associação Variações (Associação de Comércio e Turismo LGBTI+ em Portugal), “a visibilidade é, principalmente, importante para que as gerações mais novas percebam que há pessoas como elas e que é possível sermos nós próprios sem qualquer tipo de constrangimento”. Os órgãos de comunicação direcionados para esta população possuem um papel fulcral na representação da comunidade, tanto para a própria comunidade como para fora desta.

O Pois.pt está, desde a sua criação, registado na ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação), como multiplataforma de “Informação Especializada”, e no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).



Figura 1- Logotipo do Pois.pt

Na fase em que nos encontramos, a chamada “Era digital”, a publicação de conteúdos no meio online é indispensável, pois é este que consegue chegar a mais pessoas. Todas as peças e artigos publicados no Pois.pt são escritas por colaboradores do site, que é atualizado todos os dias com conteúdos LGBTI+ de todo o mundo.

A página tem, maioritariamente, peças de cariz noticioso, que englobam um vasto leque de categorias, tais como: mundo, cultura, saúde e bem-estar, moda e política. A multiplataforma aposta também na utilização de imagens e áudios, e não apenas de texto. Todos os conteúdos publicados na multiplataforma são também partilhados nas redes sociais do Pois.pt, principalmente no Instagram e Facebook.

Além de notícias, temos a possibilidade de aceder, nesta multiplataforma, a sessões fotográficas promovidas pelo Pois.pt, a vídeos e imagens em arquivo e à conta no Youtube deste órgão de comunicação. Há também a possibilidade de partilha dos conteúdos nas várias redes sociais.

1.2. Estágio curricular

Decidi estagiar no “Pois.pt” pela curiosidade que possuía em saber como funcionava um órgão de comunicação social orientado para a população LGBTI+. Assim, consegui obter um termo de comparação com os ditos meios de comunicação tradicionais.

Além disso, a oportunidade de estagiar neste órgão de comunicação foi direcionada principalmente para a área em que pretendo trabalhar: o audiovisual em frente às câmaras, nomeadamente na preparação, execução e pós-produção dos géneros entrevista e reportagem.

Durante este período de estágio, que teve a duração de três meses (início a 30 de setembro e fim a 30 de dezembro de 2019), foi-me proposto dinamizar e melhorar a vertente audiovisual da multiplataforma Pois.pt, através da execução de várias entrevistas a personalidades LGBTI+ que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a visibilidade da comunidade. Além das entrevistas, fiz também várias reportagens em eventos direcionados para a população LGBTI+, contribuindo para a divulgação dos mesmos.

Esta proposta de estágio tornou-se também muito aliciante para mim porque eu pretendia desenvolver e melhorar a minha prestação, tanto em frente às câmaras como na edição do material recolhido durante as entrevistas e reportagens, dado que é a área que sempre me cativou, e daí a escolha pela especialização no mestrado em Cinema e Televisão. Assim, consegui expandir os conhecimentos académicos, que aprendi ao longo do mestrado, e adaptá-los ao mercado LGBTI+.

1.3. Experiência de estágio

Como foi referido no capítulo anterior, a minha experiência de estágio consistiu principalmente em trabalhar a entrevista e reportagem audiovisuais para desenvolver esta vertente na multiplataforma online “Pois.pt”.

Além de ter contribuído para o desenvolvimento do audiovisual desta plataforma durante os três meses de estágio, sinto que desenvolvi também muito as minhas capacidades de estar em frente a uma câmara e lidar com as diversas situações adversas que ocorrem no terreno durante uma reportagem.

Para a aprendizagem e excelente experiência que tive, ajudou bastante a excelente receção e disponibilidade prestada por toda a equipa do Pois.pt que, permitindo que eu errasse e conseguisse corrigir os meus erros, permitiram também a minha evolução através da técnica “tentativa-erro”. Tive também toda a colaboração da equipa, que sempre se mostrou disponível para me ajudar a melhorar.

A minha primeira experiência, durante o período de estágio, foi uma entrevista à presidente da Rede Ex Aequo, uma associação de jovens LGBTI+ e apoiantes. Ser colocado de imediato no terreno e com um trabalho desafiante motivou-me bastante para dar o meu melhor. Tive autonomia para adaptar todas as tarefas propostas à minha forma de trabalhar, nomeadamente a nível dos guiões de entrevistas. Apesar de ter tido sempre um guião base e orientações daquilo que era pretendido, tive também liberdade para conduzir, adaptar e editar as entrevistas da forma que considerei melhor.

Enquanto estagiário, trabalhei como qualquer outro colaborador do Pois.pt, o que foi fundamental tanto para o meu crescimento pessoal como profissional. Senti sempre, por parte da equipa, uma enorme confiança no meu trabalho. Esta responsabilidade fez-me querer, ainda mais, estar à altura do desafio para superá-lo com excelência.

A par das entrevistas e reportagens que produzi para serem partilhadas na multiplataforma Pois.pt e para a plataforma Youtube, foi-me também pedido para fazer diretos no Instagram do Pois.pt para cobrir os eventos direcionados para a população LGBTI+, em tempo real, e dar a mostrar aos milhares de seguidores da plataforma em que estes eventos consistiam.

O estágio serviu também para aumentar o meu conhecimento acerca do funcionamento da agenda mediática LGBTI+, tanto em Portugal como no mundo. Muitos destes eventos, como falarei mais à frente, ainda não são muito divulgados pelos media generalistas e, quando o são, nem sempre são cobertos com uma visão imparcial daquilo que foi o evento, levando a más interpretações dos mesmos pelo público em geral.

Durante estes três meses, e apesar de ter realizado dezenas de entrevistas, houve uma em particular que despertou o meu interesse: a entrevista a Inês de Sousa Real, candidata número dois pelo partido PAN (Pessoas, Animais e Natureza) às eleições legislativas em 2019. A entrevista foi realizada cerca de uma semana antes das eleições e acabou por se tornar muito útil, tanto para mim como para as pessoas que a viram,

isto porque várias medidas propostas por este partido direcionadas à população LGBTI+ foram explicadas e discutidas.

Considerarei esta entrevista muito enriquecedora porque tive acesso a várias propostas, a nível político, que têm de ser tomadas, pois ainda há muitas camadas da comunidade em questão que são, frequentemente, “esquecidas” pelo sistema político do nosso país.

Toda a experiência de estágio fez-me confirmar que é na área do audiovisual que pretendo trabalhar, principalmente utilizando a exposição que estes meios permitem para melhorar várias questões sociais importantes, mas que não possuem ainda visibilidade suficiente para serem alteradas.

Inicialmente, senti alguma dificuldade na linguagem a utilizar e, por isso, tive de aprender vários termos específicos ligados à comunidade LGBTI+ para poder conduzir as entrevistas da melhor forma e conseguir que os entrevistados se sentissem confortáveis para falar de assuntos que eram, muitas vezes, sensíveis para os mesmos. A importância dos conceitos de imparcialidade, respeito pelo outro e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos fizeram, para mim, mais sentido do que nunca durante estas entrevistas.

Para o sucesso deste estágio, houve duas cadeiras em específico do mestrado que considero que contribuíram bastante: Teoria da Reportagem e Atelier de Televisão, dado que eram mais direcionadas para a área em que pretendo trabalhar, o audiovisual em frente às câmaras.

1.4. Atividades desenvolvidas

As principais tarefas realizadas neste estágio, como já referi em pontos anteriores, estão relacionadas, de uma forma ou de outra, com o processo de entrevista. A entrevista foi a base tanto das conversas com convidados da multiplataforma Pois.pt como das reportagens elaboradas ao longo do estágio. O processo de entrevista tem três fases, sendo elas a preparação, a execução e a edição. Todas foram elaboradas por mim no período de estágio.

Do meu ponto de vista, a preparação da entrevista é o ponto mais importante e, como tal, sempre fiz questão de fazer com que a mesma fosse o mais personalizada possível. Para todas as entrevistas, tentei conhecer, o melhor que consegui, todos os convidados, para dominar os assuntos abordados pelos mesmos e tornar o resultado final enriquecedor.

Apesar de ter sido acompanhado por um repórter de imagem, sempre gostei de dar sugestões ao mesmo, para que o ângulo da reportagem que eu pretendia fosse conseguido.

A entrevista em si sempre foi a parte que me deu mais gosto, e tentei que fosse tão agradável para os convidados como era para mim. Para o meu à vontade em frente das câmaras contribuiu também o curso de apresentador de televisão, na ETIC (Escola Técnica de Comunicação), e a experiência como repórter de entretenimento numa estação de televisão nacional. Tentei sempre receber bem os convidados e colocá-los à vontade, antes de ligarmos as câmaras, para que depois a conversa fluísse de forma natural.

Quanto à edição, sinto que foi a fase em que mais aprendi ao longo destes três meses, visto que é uma tarefa que vai sendo aperfeiçoada com a prática. Vejo uma grande evolução desde as primeiras entrevistas às últimas. As peças foram sempre editadas no programa de edição “Final Cut”. A nível de edição foram bastante úteis os conhecimentos aprendidos acerca deste programa durante a minha licenciatura, em Ciências da Comunicação.

As peças eram sempre revistas por um editor da equipa antes de serem publicadas, apesar de ser eu a editar as minhas peças. O editor sugeria, por vezes, a alteração de cortes ou novas formas de montagem para tornar a reportagem ou entrevista mais interessantes para o público. Além da peça completa, sempre editei um pequeno excerto para ser partilhado nas redes sociais.

A entrevista tem uma grande importância em todos os meios de comunicação, porque há uma partilha de informação com o mundo proveniente das próprias fontes. Neste caso em específico, sinto que consegui dar exposição e possibilidade de várias pessoas do mundo LGBTI+ contarem as suas próprias histórias de vida e dificuldades por fazerem parte desta comunidade, histórias estas que muitas vezes não têm espaço na agenda de um órgão de comunicação tradicional.

Como grande parte das entrevistas eram relacionadas com a vida pessoal dos entrevistados, tentei que não fossem entrevistas meramente informativas, mas dar oportunidade ao entrevistado de mostrar o seu ponto de vista em relação ao mundo que o rodeia e a forma como lida com o mesmo.

1.5. Balanço crítico

O balanço geral do estágio foi bastante positivo. Desde o início, a vertente audiovisual do Pois.pt teve uma grande evolução e tornou-se muito mais dinâmica, atraindo mais pessoas à multiplataforma.

Quanto à multiplataforma em si, já estava muito bem organizada e manteve os traços iniciais. Não senti qualquer necessidade de fazer sugestões de melhoramento desde que integrei a equipa. Além do fácil acesso à mesma pelo seu desenho limpo e intuitivo, está sempre atualizada com notícias LGBTI+ de todo o mundo, fornecendo informações necessárias relacionadas com esta comunidade. No meu ponto de vista, estes órgãos de

informação especializada têm maior responsabilidade para com a sociedade e considero que o Pois.pt tem se esforçado para tal.

Verifiquei também que grande parte da informação publicada no site tem qualidade, apesar de as notícias terem por base outros meios de comunicação.

Tentei, através das entrevistas e reportagens, manter uma imagem da comunidade que vai ao encontro daquela que é passada pelos artigos: uma imagem positiva.

Acredito que a multiplataforma Pois.pt tem ainda muito para crescer, principalmente no que toca ao audiovisual. Contudo, está a evoluir a um ritmo bastante acelerado e podemos ver uma grande evolução em relação ao momento em que entrou no mercado.

Capítulo II – Movimento LGBTI+

LGBTI+ é a sigla utilizada para a comunidade “Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Intersexual e outros”, e “tanto pode reportar-se à comunidade constituída por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, como ao movimento pela luta dos direitos dessas mesmas pessoas” (Maurício, 2018). Pode ainda referir-se aos direitos reivindicados por esta comunidade, que são, na verdade, direitos humanos inerentes a qualquer indivíduo, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género. O Movimento LGBTI+ veio substituir o chamado Movimento Gay, dado que o termo “Gay” não era suficientemente inclusivo para se referir a toda a comunidade. Com esta sigla pretende-se, assim, abranger todas as pessoas cuja orientação sexual se desvia dos padrões considerados “normais” pela sociedade.

O movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT) português nasceu após 1995, sucessor de várias iniciativas e contextos que o antecederam. Até 1974, o regime Salazarista “reprimiu, perseguiu e encarcerou todas as pessoas suspeitas de transgredir uma lei datada de 20 de julho de 1912 e que equiparava a homossexualidade ao crime de vadiagem” (Bastos, 1997), criminalizando-a da mesma forma que criminalizava a prostituição.

Para melhor compreendermos o que são movimentos sociais, passo a citar uma afirmação de Jorge Machado (2007):

“[...] são formas de organização e articulação baseadas num conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos frequentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais, ou, em última instância, decisões institucionais de governo e organismos referentes à definição de políticas públicas”.

Jorge Machado apresenta-nos uma noção de “movimentos sociais” como uma ação social voltada para a pressão junto às instâncias institucionais, tendo como objetivo principal a alteração das “políticas públicas”.

Esta pressão exercida pode também ser interpretada como uma ação coletiva que confronta aquilo que está institucionalizado, para que haja uma alteração. Ou, como afirma Sidney Tarrow (2009), a “ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais, não por estes serem sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase único recurso que as pessoas comuns têm contra os opositores mais bem equipados ou estados poderosos”.

Tarrow reconhece que podem existir muitas atividades envolvidas num movimento social, variando num amplo leque que vai desde a organização até à construção de identidades coletivas. Contudo, a base dos movimentos sociais seria o confronto.

Touraine é o sociólogo responsável pelo termo “Novos Movimentos Sociais”, movimentos estes que não eram sindicalizados, mas que continham um conteúdo fortemente cultural, portanto novo no campo das reivindicações, mas possuíam várias semelhanças com discursos dos movimentos sindicalizados.

“Temos a necessidade de encontrar novas formas de ação coletiva e até mesmo de novos movimentos sociais que não sejam identificados com a reação de vítimas, mas definidos pela prioridade dada a uma reflexão sobre si mesmos” (Touraine, 2009). A influência deste autor foi bastante grande, principalmente para os sociólogos que orientavam os seus estudos sobre o paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” (NMS).

Desde o Código Penal de 1982, a homossexualidade deixou de ser considerada crime à luz do enquadramento jurídico português. Durante o período que se sucedeu (década de 90), construiu-se um “importante acervo cultural e simbólico resultante de um forte investimento no reconhecimento jurídico e na visibilidade social LGBT” (Santos, 2008).

A exposição, que estas atividades trouxeram ao movimento, permitiu o acesso a várias pessoas que foram outrora excluídas do ativismo LGBT, nomeadamente quem não participava de forma presencial nestes eventos. Parte significativa desta visibilidade é filtrada pela informação veiculada pelos media, com incidência em momentos-chave de ação coletiva, tais como marchas e arraiais LGBT anuais.

O reconhecimento do papel do Movimento LGBT em Portugal data apenas de 1997, através da atribuição de um espaço na cidade de Lisboa para o Centro Comunitário Gay e Lésbico pela Câmara Municipal de Lisboa (Santos, 2008). Este ano oferece, portanto, o primeiro grande momento de visibilidade do movimento, a que se seguiram a realização do primeiro Festival de Cinema Gay e Lésbico, e do primeiro arraial em espaço público, ambos na cidade de Lisboa.

Segundo Santos, este movimento é marcado pelo “desenvolvimento de um ‘ativismo sincrético’, construído a partir da conjugação de princípios ideológicos e práticas estratégicas simultaneamente opostas e compagináveis” (Santos, 2008).

Para Tomàs, o movimento LGBT serve para erodir bases milenares da sociedade: “o movimento está a contribuir para a erosão de algumas 'instituições milenares' nas quais as sociedades foram construídas ao longo da história, como repressão sexual, heterossexualidade e família patriarcal”¹ (Tomàs, 2010).

Para Tarrow, este é um movimento utiliza muito bem os *mass media*:

“o apetite da televisão por imagens visuais dramáticas era um instrumento cultivado e explorado pelos organizadores de movimentos. Se podiam transmitir as suas mensagens para milhões de pessoas através dos programas de televisão, encorajando alguns a seguir o seu exemplo e muitos a encarar com simpatia as suas reivindicações, era possível criar um movimento sem

¹ Tradução de forma livre do Espanhol

arcar com os custos de construir e manter organizações de massa” (Tarrow, 2009).

Touraine, por outro lado, consegue ter uma visão ainda mais otimista em relação ao Movimento LGBT:

“Se não é certo que possamos falar de uma nova cultura dos gays e lésbicas, é certo, no entanto, que estamos diante de um movimento de libertação que visa eliminar todas as formas de interdito e discriminação. Libertação que pode também levar os gays e as lésbicas a renunciarem a todas estas práticas de transgressão, de provocação, de manifestações festivas, e que suscitou em torno deles grande fascínio e transformou as *drag queens*, por exemplo, numa das criações mais notáveis da cultura da provocação. [...] Gostaríamos que todos os movimentos de defesa dos direitos culturais das minorias fossem tão visíveis como os que foram lançados com sucesso pelos gays e lésbicas, e agora pelos transexuais e os travestis, cuja importância foi por longo tempo ignorada” (Touraine, 2007).

Num país conservador como Portugal, onde muito está ainda por construir ao nível da cidadania íntima e sexual, o movimento LGBT tem desenhado um caminho notável nesse sentido, ainda que insuficiente quando contrastado com os bloqueios político-sociais à igualdade. Nos últimos anos, “a ação coletiva em torno de direitos LGBT no nosso país é marcada por uma crescente juridificação e politização de práticas e discursos” (Santos, 2008).

Normalmente, esta é uma prática voltada para a aquisição de direitos e/ou respeito aos direitos conquistados. “Contudo, ao mesmo tempo, fortalece o Movimento, mas também o fragiliza, pois passa a conceder ao estado um tipo de ‘direito’ de passar a regular sobre as suas vidas e de regular as suas relações” (Cristiana Trichez, 2012).

Na verdade, quando o Movimento LGBT insiste em obter o reconhecimento do Estado, está à procura do reconhecimento do direito, respeito às relações afetivas e acesso às solidariedades que não impliquem desrespeitos (Honneth, 2003).

Com a ação de determinados setores do movimento LGBT, em especial os novos instituídos (Lüchmann; Souza, 2005), vários direitos têm sido adquiridos e, na maioria das vezes, não se trata de direitos que servem apenas para os membros LGBT, mas para a ampliação da cidadania. Trata-se de um movimento que amplia o quadro democrático, que propicia emancipação (Santos, 2001). As formas de conquistar direitos, quando toca ao movimento LGBT, fogem frequentemente ao padrão. As marchas de orgulho, por exemplo, representam um coletivo que nada mais é do que o encontro de fragmentos (Maffesoli, 2007) que procuram viver num mundo diferente, sem opressões.

Este processo de conquista de direitos passa pelos movimentos sociais e culturais, como aponta Touraine:

“[...] definir os movimentos sociais e culturais como construtores de uma nova figura do sujeito, o que implica uma transformação radical da cultura contemporânea. [...] Esta elevação do indivíduo em direção a ele mesmo enquanto sujeito só pode ser feita pelo reconhecimento do outro como sujeito: é reconhecendo o outro como sujeito que posso me reconhecer eu mesmo como sujeito. Reconhecer o outro como sujeito é reconhecer a capacidade universal de todos se fazerem sujeitos” Touraine (2009).

O Movimento LGBT não é apenas inovador, mas também procura ampliar a cidadania que muitas vezes é tratada apenas no seu sentido clássico (Carvalho, 2007).

Quando refletimos especialmente sobre questões LGBTI+, a formação de um grupo, ou de coletivos, são consequências possíveis daquilo que Howard Becker (2009) chamou de “grupos desviantes organizados”:

“Membros de grupos desviantes organizados têm algo em comum: o desvio. O desvio dá-lhes um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco. A partir desse sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele – e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante” (Howard Becker, 2009).

Portugal insere-se numa região política caracterizada por uma crescente harmonização interna no que respeita aos princípios da democracia e dos direitos humanos. Nessa linha, como afirma Santos (2004), “o país tende a aproximar-se dos padrões culturais, políticos económicos e sociais que vigoram nos restantes países da Europa, inclusive por via dos tratados, diretivas e recomendações formulados pelas diversas instituições europeias”.

Percebe-se, contudo, que o movimento LGBT português é relativamente tardio frente a outros países europeus, devido a uma série de fatores, especialmente o conservadorismo da sociedade portuguesa e o baixo índice de associativismo que a caracteriza (Cristiana Trichez, 2012).

A homofobia, a sexofobia e outras fobias do género (no duplo sentido da palavra) permanecem de algum modo nas sociedades ocidentais modernas. Isto porque a codificação dos direitos não leva obrigatoriamente a que estes sejam respeitados (Cristiana Trichez, 2012).

De facto, conquistar direitos mais ou menos iguais equivale a passar a ser também alguém “mais ou menos igual” ao que é considerado “normal” na sociedade. Contudo, isto não significa uma total assimilação, visto que o movimento LGBT conquista os seus direitos por múltiplas formas de expressão. Não se pode acusá-lo de conquistar o que deseja pelos mesmos padrões tradicionais da política. As marchas do orgulho que

ocorrem em boa parte dos países do ocidente e que mobilizam milhões de pessoas servem como prova disso (Cristiana Trichez, 2012).

Capítulo III – Comunidade LGBTI+ nos media

3.1. Contribuição dos media para a visibilidade de grupos minoritários

Uma minoria social refere-se a uma categoria de indivíduos que, devido a algumas das suas características, são tratados de forma diferente do resto da sociedade, acabando por ser alvo de discriminação coletiva, por parte daqueles que detêm a maioria das posições de poder numa comunidade. Contudo, um grupo minoritário não tem, necessariamente, de corresponder a uma minoria numérica (Maurício, 2018).

É do senso comum que o conhecimento que temos sobre o mundo deriva, em grande parte, do discurso, nomeadamente daquilo que vemos, ouvimos ou lemos nos media, que podem transmitir informação a todas as pessoas.

O método que relacionará a interface que existe entre o discurso e a cognição social é a ideologia, na medida em que “as ideologias não são inatas, mas apreendidas, partilhadas, e usadas para identificar, formar e manter grupos sociais e o seu poder” (Van Dijk, 2005).

O público que consome a informação dos media é confrontado com o que lê ou vê por referência a valores, que “têm em conta todo o contexto discursivo que definiu na linguagem aspetos como o género, o parentesco e as sexualidades ao longo da história, mas também todas as transformações que a instituição família experimentou nos últimos anos” (Rosa, 2010). Isto porque “uma notícia diz-nos tanto acerca de práticas e discursos jornalísticos, quanto de valores socioculturais dominantes” (Alwood, 1996. Lull, 1995).

Para compreendermos como as ideologias podem ser passadas através dos media, é importante não esquecer o conceito de ideologia sugerido por Bakhtin (2006), que refere que um produto ideológico faz parte de uma realidade natural ou social, como um corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo. Deste modo, para Bakhtin, tudo o que é ideológico possui um significado que remete para algo situado fora de si mesmo. Assim sendo, qualquer instrumento de produção pode revestir-se de um sentido ideológico, e toda a ideologia possui um valor semiótico, logo, “compreender um signo consiste em aproximar o signo aprendido a outros signos já conhecidos” (Bakhtin).

O signo é, assim, distinto da palavra, que deve ser vista como neutra, representando o signo para Bakhtin (2006) aquilo que se torna importante para compreendermos o funcionamento da palavra como instrumento de consciência.

Como apontou Bourdieu (1989; 1998a; 1998b), a legitimação da existência de um grupo numa determinada sociedade passa por um trabalho de naturalização, com o objetivo de transformar aquilo que é o resultado de várias lutas desenvolvidas ao longo do tempo num determinado campo em essência ou natureza dos atores.

Nas sociedades modernas, devido aos processos de globalização e multiculturalismo, as questões relativas às minorias têm muitas vezes o papel de dividir indivíduos e comunidades. Como afirma Rodrigues (2019): “as minorias encontram-se numa situação de inferioridade ou subordinação relativamente à maioria ou estrato social dominante. No entanto, em termos numéricos, nem sempre em quantidade inferior à totalidade populacional”.

“As minorias podem apresentar características ou comportamentos que não são habituais para a maior parte das pessoas” (Rodrigues, 2019). Consequentemente, veem com frequência a sua voz e intervenção na sociedade restringidas pelo grupo dominante, que tenta ao máximo silenciar as minorias.

Por desrespeitarem os papéis de género historicamente enraizados na maioria das sociedades atuais, as minorias sexuais são desprezadas e vítimas de ataques por parte da restante sociedade, devido à sua sexualidade (Dee, 2013).

Na luta pela justiça económica e social, os grupos sociais minoritários pretendem que as suas identidades sejam reconhecidas e negociadas, com o objetivo de promover a diferença e não serem discriminadas (Rodrigues, 2019). Os media têm, aqui, uma função fulcral pois contribuem para grande parte do nosso conhecimento social e político, sendo que as crenças que temos sobre os problemas sociais derivam muito do que vemos ou lemos todos os dias em espaços noticiosos (Rosa, 2010).

Woodward sugere que a diferença “pode ser construída negativamente, através da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’”. No entanto, também “pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora” (Woodward, 2000).

Como afirmam Rodriguez e Blumell (2014), as estruturas de significado podem ser introduzidas por aqueles que estão no poder, tais como políticos ou os media, levando a encorajar ou desmoralizar interpretações, influenciando a forma como as audiências se posicionam em relação a pessoas ou eventos mediáticos.

Para a análise dos media, considero de particular relevância identificar especificidades de cada cultura da sala de redação (Alwood, 1996), para a qual contribui a partilha de “molduras”, ou seja, olhares interpretativos padronizados através dos quais os jornalistas apreendem e reportam determinado evento (Gamson & Modigliani, 1987). Citando Wolf (2009): “as divisões homofóbicas, sexistas, racistas, nacionalistas e outras da sociedade moderna refletem os interesses da classe dominante na sociedade. Esta classe, a classe dominante, engloba uma pequena minoria da população”².

“A dificuldade em ventilar um conteúdo político nos media não é exclusiva do movimento LGBT, estendendo-se a outros movimentos sociais” (Santos, 2008). Nos últimos anos, a representação noticiosa dos eventos LGBT em Portugal transformou-se.

² Tradução de forma livre do Inglês

Os movimentos sociais apenas funcionam através de narrativas para contar a história de uma determinada luta social ou causa.

No caso do movimento LGBT português, “a participação na esfera pública tem conduzido ao estabelecimento de contradiscursos que foram gradualmente incorporados pelo léxico jornalístico, de que são exemplo noções como ‘homofobia’, ‘transfobia’ ou ‘heteronormatividade’” (Santos, 2008). Confrontado com molduras padronizadas que produzem relatos distorcidos, o movimento LGBT tem desenvolvido várias estratégias de comunicação com os media de modo a “corrigir” estes discursos.

3.2. Invisibilidade de grupos “não-heteronormativos”

“A homossexualidade atinge o coração da organização da cultura e das sociedades ocidentais porque a homossexualidade, pela sua natureza, é não reprodutiva, afirma uma sexualidade que é justificada apenas pela sexualidade” (Bronski, apud Plummer, 2003). Isto contrasta, para algumas pessoas, com a crença, principalmente católica, de que apenas a reprodução legitima a atividade sexual.

Segundo o autor acima citado,

“Esta crença é o fundamento da limitação social dos papéis de género e a razão pela qual o casamento tem sido o único contexto reconhecido pela sociedade e pela lei para as relações sexuais entre homens e mulheres. É o sustentáculo da estrutura restritiva da unidade biológica familiar e do seu estatuto de único ambiente sancionado de educação dos filhos. É a lógica oculta que determina muitas das nossas estruturas económicas e laborais” (Bronski, apud Plummer, 2003).

Esta visão da sexualidade apenas reprodutiva tem moldado o nosso mundo.

Michel Foucault criou um conceito para designar uma fronteira entre o real e o ficcional, que denominou de “heterotopia” (Rosa, 2010). A partir da análise do discurso, “Foucault (1966) identifica um ‘eu’ que vê o mundo de fora, e o termo heterotopia aparece, assim, para produzir sentido entre um ‘hetero’, que supõe a ideia de fora, contra; e ‘topia’” (Rosa, 2010), que designa lugar ou espaço. O conceito de heterotopia é explicado do seguinte modo:

“As utopias consolam porque, se não dispõem de um tempo real, disseminam-se (...) num espaço maravilhoso e liso (...) as heterotopias inquietam (...), porque minam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque quebram os nomes comuns ou os emaranham, porque de antemão arruínam a “sintaxe”, e não apenas a que constrói as frases mas também a que, embora menos manifesta, faz “manter em conjunto” as palavras e as coisas” (Foucault, 1949).

Importa principalmente aqui a forma como os discursos sobre as sexualidades foram sendo estruturados através de uma alternância entre o lugar onde são produzidos e a linguagem que os molda. Foucault conduz-nos a

“uma reflexão sobre aquilo que a linguagem não nomeia, mas que existe ou, visto de outro modo, sobre aquilo que a linguagem coloca como único ou exclusivo na nossa visão do mundo, acabando por excluir outros que surgem como não fazendo parte dele” (Rosa, 2010).

Este conceito ajuda-nos a perceber melhor como as sexualidades “não-heteronormativas” foram ocultadas na linguagem e no discurso ao longo da história.

A ocultação e regulação das sexualidades, na forma que Foucault as descreve, podem ser definidas com base na “teoria da aliança”, de Levi-Strauss (1982), na obra “As estruturas elementares do parentesco”. Esta teoria, contudo, acaba por sofrer imensas críticas nas ciências sociais, por se basear no princípio da “exogamia” (Foucault, 1988; Rubin, 1993; Butler, 2008; Santos, 2005, Cascais org, 2004; Vale de Almeida, 2009), que enuncia um discurso acerca das sexualidades construído através da lei, que define o “casal procriador” como único legítimo. (Rosa, 2010)

Enquanto a igualdade legal define-se como “a igualdade de proteção dos indivíduos LGBT na política e na lei” (Rosky, 2016), a igualdade de facto advém dessa igualdade legal e do bem-estar da comunidade, ou seja, se numa determinada sociedade as pessoas LGBT são vistas e sentem-se como iguais às restantes pessoas. Por outras palavras, apesar de proteções legais, a proteção das pessoas LGBT só se verifica através da consciencialização da restante população, se esta respeitar e aplicar efetivamente as novas normas que procuram a “igualdade de direitos, de proteção e de oportunidades dos indivíduos LGBT” (Rosky, 2016).

Não retirando o óbvio valor dos sucessos conseguidos a nível político e legal, a igualdade de facto apresenta-se como o próximo passo do movimento LGBTI+. De acordo com Rosky, a igualdade de facto requer que as organizações e ativistas LGBTI+ lutem não apenas a nível legal, mas através de uma ação conjunta com organizações cuja área de atuação seja outra, nomeadamente organizações feministas e étnicas.

Nas sociedades modernas, a sexualidade, que se foi cada vez mais desligando da reprodução, passou a associar-se à intimidade e tornou-se uma dimensão central de expressão e realização pessoais (Giddens, 1997). A “privatização da paixão”, ou seja, a deslocação para o espaço privado e o aparecimento de uma nova consciência moral transformaram a sexualidade “numa propriedade do indivíduo” (idem).

Qualquer tipo de sexo que foge a esta normatividade (associada à reprodução), passou então para espaços e práticas “com um tipo de discurso clandestino, circunscrito e codificado” (Rosa, 2010), dando lugar ao que Foucault chamou de “condicionamento político da verdade”, na medida em que a lei o subscreve e rege para mudar o seu futuro.

Os discursos foram-se formando ao longo do tempo, categorizando as relações sociais como permitidas ou interditas. Esta categorização acaba por referir o que supostamente não existe, mas que, na verdade, “passa a existir porque é enunciado com o intuito de o proibir” (Rosa, 2010). A associação da sexualidade à identidade foi “sendo especialmente moldada pelos discursos da medicina, mas também pelo próprio movimento LGBT, embora se tenha entretecido, e continue a entretecer-se, com os discursos jurídico e religioso” (Brandão, 2014).

Para Foucault (1988), nas sociedades modernas, além de o sexo ter sido condenado à obscuridade, sempre foi muito falado, fazendo com que fosse valorizado como um segredo. Neste campo, “pode verificar-se a influência que tiveram a medicina e o plano jurídico, a primeira ao tratar medicamente as sexualidades definidas como antinaturais, o segundo ao condená-las” (Rosa, 2010). As sociedades ocidentais escolheram sistemas de regras centradas na “lei da aliança” e na “ordem dos desejos”, regras estas que “ficaram centradas nas relações matrimoniais, no dever conjugal, na capacidade de desempenhá-lo e na forma como era cumprido” (idem).

Como indica Foucault,

“a transformação do homossexual numa ‘espécie’ foi progressiva, não linear, tributária dos contributos da ciência, mas também de interesses e investimentos alheios ao campo científico ligados a grupos de atores específicos, a seus graus de poder relativos e a seus interesses particulares” (Foucault, 1994).

Para Butler (2008), o género é uma construção cultural que foi escondida pelo sistema jurídico e que “resulta de uma construção de interceções com modalidades étnicas, de classe, de orientação sexual, de sexo, de origem, religiosas, todas discursivamente construídas”. Este pressuposto é utilizado para questionar a noção de que as relações entre os indivíduos se baseiam em questões meramente biológicas. Todos os discursos que se afastem da exogamia, tais como os referentes à homossexualidade, ficam sem espaço para “estruturar socialmente o simbólico, ficando no domínio da heterotopia e, conseqüentemente, são vistos como desviantes ou não nomeáveis” (Butler, 2008).

A significância “que se atesta na linguagem pode produzir múltiplos modos de agir, que podem ir desde a aceitação passiva da diferença associada ao silêncio e até à sua afirmação positiva e ostensiva” (Rosa, 2010). Foi, no entanto, a oposição (na linguagem) à heterossexualidade normativa que criou condições para que “as comunidades homossexuais, identificadas com uma suposta raiz identitária em comum, se comesçassem a organizar social e politicamente, embora de modos não visíveis nos campos académicos, culturais e políticos” (idem), uma vez que a sua identidade era vista como desviante em relação à restante sociedade.

A identidade LGBTI+ é considerada desviante porque foge à norma, “representada pelo modelo da família heterossexual monogâmica e procriadora” (Rosa, 2010). A identidade surge quando os que habitam nesse “espaço oposto” tomam consciência de

quem são, bem como da sua identificação com outros que têm as mesmas aspirações e identificações ainda que possam não partilhar o mesmo espaço físico, mas partilham o discurso e, portanto, o domínio do simbólico. “A identidade não exclui, deste modo, as diferenças de género que, como Butler (2008) enunciou, são um constructo definido por características indeterminadas, mas que se afirma por uma identificação da diferença por oposição à norma” (Rosa, 2010).

Segundo Jeffrey Weeks (1995), o pluralismo e a diversidade sexual podem ser vistos como uma “complexidade social”, uma vez que o uso do sexo e do género acabou por interferir com as categorias da ordem social. Weeks (idem) vê o género e as sexualidades como algo que não é livre nem intato e que se encontra exposto às ordens da dominação e da opressão: “a identidade tornou-se mais num processo do que em algo adquirido, oferecendo uma escolha de seres e não a verdade de nós mesmos” (idem).

São estas identidades, definidas como força reivindicadora na sociedade, “que podem originar eixos de poder que se organizam para se afirmarem enquanto grupo que ascende a determinados objetivos de reconhecimento e integração” (Rosa, 2010).

Giddens (1996) analisa as mudanças nas construções da sexualidade que estão relacionadas com a identidade. A homossexualidade contraria a premissa naturalista da sexualidade por ser algo aberto a muitos estilos de vida que cada um de nós tem ou cultiva. Para Giddens (idem), “a homossexualidade é um elemento do *self*, que funciona como elo de ligação entre corpo, autoidentidade e normas sociais”. Deste modo,

“os traços sexuais associados à perversão, longe de estarem restritos a categorias de pessoas anormais, são qualidades comuns à pessoa humana (...) a criação de comunidades homossexuais conduziu ao florescimento de novos grupos e associações, promovendo muitos deles gostos sexuais minoritários” (Giddens, 1996).

Dá-se, assim, uma naturalização da identidade e da diferença. A formação de relacionamentos passou a estar, então, visivelmente separada do domínio doméstico e jurídico-político.

A ideia de “família tradicional”, que transparece nos discursos do senso comum, continua a ser a ideia normativa do funcionamento de agrupamentos sociais ditos “naturais”. “A heteronormatividade é interpretada aqui não como aquilo que rege exclusivamente a par heterossexualidade/homossexualidade, mas sim como englobando todos os binarismos, ficando no topo aquele que opõe masculinidade e feminilidade” (Rosa, 2010). A homossexualidade não foi, assim, apenas vista como a oposição à heteronormatividade, mas como figura de todos os desvios, para os quais contribuíram todas as categorias do “não-amor”.

Na década de 1960, com a entrada em cena das ciências sociais, dá-se uma modificação nos estudos sobre a homossexualidade, na linha do que veio a designar-se de “construtivismo social” (Stein e Plummer, 1996). As novas abordagens contribuíram

“para o entendimento atual de que práticas sexuais (aquilo que fazemos no domínio erótico e sexual), identidade de género (a nossa autodefinição como homens ou mulheres) e identidade sexual (a nossa autodefinição como homossexuais, bissexuais ou heterossexuais) são variáveis relativamente independentes” (Jenness, 1993).

“O sistema homofóbico, que garante a sexualidade normativa, funciona através da dicotomia e assimetria de género, das estruturas de parentesco, das representações do corpo sexuado, num processo de invisibilidade e silenciamento” (Vale de Almeida, 2009). Contudo, ao encontrar semelhantes, dá-se a transformação da identidade.

A identidade é algo complexo que engloba a identificação individual e a dimensão social, pelo que uma política emancipatória deverá ter em conta direitos individuais e de grupo, tal como o respeito pelos direitos considerados universais (Rosa, 2010).

Tal como indica Foucault (1988), a sexualidade surge no discurso produzido socialmente como seguindo um efeito normativo assente na diferença de sexos. A binarização dos corpos assenta, para Butler (2008), “numa matriz cultural, na qual as restantes identidades ou corpos apenas existem como desviantes, garantido assim uma heterossexualidade dominante” (Rosa, 2010).

A ideia da homossexualidade como “condição estável, a representação do gay e da lésbica como tipos de pessoas caracterizados por uma diferença essencial, parece ter-se tornado, entretanto, dominante” (Vale de Almeida, 2009), ainda que possa corresponder a uma forma de “essencialismo estratégico”, como refere o autor anteriormente citado. Este conceito de “essencialismo estratégico”, proposto por Spivak (1988) no contexto da historiografia, defende a ideia de que uma minoria pode usar estrategicamente a identidade comum para conseguir atingir os seus objetivos, tais como o reconhecimento social e/ou político, ainda que possam ter de ignorar as diferenças internas do grupo.

A cidadania implica, então, a possibilidade de uma minoria (como a comunidade LGBTI+) exigir direitos numa sociedade democrática. A partir desta definição, Ken Plummer (2003) apresenta um conceito de cidadania em que o privado se torna público e o individual se torna social. Assim, “a intimidade fica situada entre a visão tradicional da família patriarcal e a assunção das novas formas de democracia da sociedade capitalista” (Rosa, 2010). Todos os cidadãos são diferentes e têm de ser tratados de acordo com as suas condições especiais. A cidadania é inseparável da identidade, e central para a mesma.

Nuno Carneiro e Isabel Menezes (2004) estabelecem o conceito de cidadania numa dimensão dupla: por um lado, “conjunto de atributos formais, de direitos e obrigações sancionados pelo Estado e inscritos numa paisagem histórico-social e política determinada” e, por outro, “enquanto teia complexa de práticas sociais que ora promovem, ora dificultam o sentido de pertença a uma dada comunidade” (idem).

As dificuldades que gays e lésbicas têm experienciado historicamente podem ser vistas como “resultados de forças sociais destabilizantes e deslegitimantes, que impedem a prestação de um apoio simbólico concreto e que garante efetivamente a diversidade necessária às democracias modernas” (Rosa, 2010).

A noção de “cidadania sexual” designa, de acordo com Nuno Carneiro (2009), a “expansão da conceptualização ampla da cidadania aos domínios sociais e institucionais nos quais se inscrevem as práticas e identidades associadas à sexualidade” (idem).

Segundo Vale de Almeida (2004), a homofobia pode ser combatida através de um processo designado “contra homofobia”, que incida em alterações legislativas, políticas, e no pensamento crítico. “Devem criar-se redes de solidariedade, comunidade e apoio, enquanto locais de produção cultural”, refere o autor. Deste modo, as várias formas de discurso assumem um papel importante, na medida em que os discursos podem alterar e ser alterados pela contra homofobia, com vista a uma “inserção da orientação sexual e da identidade de género como variantes das relações de poder”.

Recordando o conceito de heterotopia de Foucault (1966), que enuncia que “as heterotopias inquietam (...), porque minam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo...”, passamos a ter a certeza que o discurso passou a incluir esta nova realidade socialmente, passando à gradual normalização do discurso, onde já se inclui algo que existe.

Tal como a sexualidade foi ocultada no discurso ao longo dos tempos (Foucault, 1988), a possibilidade de casar independentemente do sexo nunca poderá vir a ser ocultada, enquanto símbolo de um processo de emancipação social.

A institucionalização e o reconhecimento de uma identidade constituem uma consagração do direito à existência, operando pela “demarcação de uma fronteira que inclui, mas também exclui, que impõe um direito de ser que é um dever ser” (Bourdieu, 1998). Ao organizar o discurso à volta de identidades entendidas ou apresentadas como reais e estáveis, o movimento gay e lésbico contribuiu para a sua naturalização.

3.3. Representação da comunidade LGBTI+ nos media

Para estudar os media audiovisuais, “torna-se útil analisar a relação entre a comunicação e a cultura, uma vez que é nesta relação que surgem como mediatizáveis importantes problemas sociais e políticos” (Rosa, 2010), mesmo que a informação transmitida pelos mesmos não afete todos os públicos do mesmo modo.

Um importante teórico, Pierre Bourdieu (1997), aborda esta temática dos media enquanto poder, destacando que o ato de relatar implica uma construção social da realidade que pode fomentar efeitos sociais de mobilização.

Bourdieu (1997) evidencia que os media têm como objetivo, num primeiro plano, ser um extraordinário instrumento de democracia direta. Contudo, podem converter-se num instrumento de opressão. Para Bourdieu, a televisão é controlada pelo poder económico e político, e o que esta apresenta não deve ser visto pelo público de forma isenta.

Ao poder que é exercido sobre e pelos media, Bourdieu chama “censura invisível”, que corresponde ao facto de “os meios de comunicação serem geridos e controlados por grandes grupos económicos, acabando as pessoas, nesta negociação, por surgir tanto como manipuladas como manipuladoras” Bourdieu (1997). Estas posições de Bourdieu referem-se principalmente à televisão que, para o autor, detém o monopólio da informação.

Os media transportam até às pessoas realidades socialmente distintas e escondidas, moldando a realidade social consciente ou inconscientemente, através do discurso verbal e visual. Segundo Clara Caldeira (2011), “a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade inserem-se certamente no tipo de realidade com que a grande maioria das pessoas nunca chegaria a contactar se não existisse comunicação mediatizada”.

Os movimentos sociais, como o LGBTI+, precisam dos media para ajudar a “mobilizar membros, construir uma identidade pública viável ou construir uma agenda política pública” (Barker; Plummer, 1995).

Nos últimos anos, em vários meios de comunicação portugueses e internacionais, percebe-se que é necessária uma reeducação jornalística em relação à terminologia LGBTI+. “Vários problemas de linguagem, conceitos pouco definidos e vagos podem ser associados a estereótipos negativos, induzindo as audiências a apoiarem a homofobia ou transfobia” (Rodrigues, 2019).

No final do século XX, Pierre Bourdieu (1991) afirmava que os mass media têm o “poder de construir a realidade, intercetando diferentes artefactos culturais”. Ao fazer circular a informação, os meios de comunicação têm “uma forte influência sobre as crenças, comportamentos, opiniões e atitudes das audiências, em particular para quem não tem contacto direto com outras culturas ou identidades” (idem).

Carmen Rial (2004) indica-nos que se verifica nos media um “efeito de 3ª pessoa”, ou seja, geralmente as pessoas concordam que os media influenciam as representações em relação ao mundo, mas não se consideram influenciadas pelos mesmos.

Os novos media, através da sua grande capacidade de alcance de um público diverso, nomeadamente através da internet, têm também influenciado bastante a informação jornalística. Rosa (2010) diz-nos que estes novos media “representam novas formas de divulgação da informação, e muitas das vezes não estão sujeitos ao controlo ideológico dos grandes grupos de comunicação, podendo influenciar a escrita jornalística, que tem de se cingir à informação atualizada produzida por outros”.

Para Entman (1993), o enquadramento envolve a seleção de certos aspetos de uma questão, “de forma a promover uma definição particular para um problema, uma interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito”.

Scheufele (1999) conclui que “o enquadramento e apresentação de eventos e notícias nos media pode afetar de forma sistemática o modo como os recetores das notícias vêm a compreender tais eventos”. Desta forma, e como indica Gitlin (1980), “as molduras mediáticas organizam a realidade não só de jornalistas que a noticiam de uma forma habitual, como da audiência que a compreende de uma forma filtrada”.

O movimento LGBTI+ em Portugal tem procurado “adaptar a sua estratégia de modo a gerar uma transformação nas molduras dominantes de cobertura noticiosa” (Santos, 2008).

“Entre os fatores a considerar quando se analisa a cultura da sala de redação e os seus efeitos no modo como o ativismo LGBT em Portugal é representado encontra-se aquilo que desigmo por moldura de entretenimento, moldura de fonte credível e moldura homofóbica/transfóbica” (idem).

A “moldura de entretenimento” consiste na apresentação das pessoas LGBT dentro de uma indústria de espetáculo. “No caso da cobertura mediática em Portugal, tal retrato do corpo como mercadoria de consumo simbólico é particularmente visível no tratamento noticioso televisivo dado às Marchas LGBT” (Santos, 2008). Isto porque continua a verificar-se a utilização frequente de imagens como “forma de chamariz de audiências para um corpo LGBT que é interpretado como exótico ou extravagante. Esta foi, sem dúvida, a forma mais característica de representação mediática dos primeiros anos de ativismo LGBT em Portugal” (idem).

A “moldura de fonte credível” consiste em dar voz apenas a quem pertence a determinada hierarquia de credibilidade. “A utilização de uma moldura de fonte credível coloca dificuldades acrescidas aos movimentos sociais em geral e ao movimento LGBT em particular” (Barakso e Schaffner, 2006). Alwood não hesita em afirmar que a “moldura da fonte credível se apoia, portanto, em relatos parciais da realidade, fracassando em reconhecer a dimensão política das iniciativas LGBT” (Alwood, 1996).

A moldura “homofóbica/transfóbica” surge cada vez que “a cobertura noticiosa é feita de forma tendenciosa e manipulativa, revelando ignorância ou preconceitos relativamente a questões de orientação sexual ou identidade de género” (Santos, 2008).

As molduras outrora dominantes, de “entretenimento”, “fonte credível” e “homofóbica/transfóbica” estão “gradualmente a ser substituídas por modelos em que se valoriza o ativismo LGBT enquanto sujeito político participante no espaço público” (Santos, 2008). Estas molduras mostram a forma como as iniciativas e eventos de teor LGBTI+ têm sido representadas pelos media portugueses durante os últimos anos. Os ativistas LGBTI+ estão completamente conscientes do enquadramento noticioso de que são objeto.

Confrontado com estas molduras padronizadas, “o movimento LGBT tem também desenvolvido estratégias adaptativas de comunicação com os media visando uma transformação nas molduras dominantes de cobertura noticiosa” (Santos, 2008).

O movimento LGBT português tem investido bastante nos últimos anos numa relação de proximidade com os media e os demais agentes de mudança sociocultural. Como afirma Santos (2008), “a abordagem de visibilidade inclui estratégias utilizadas pelo movimento de modo a revestir as suas iniciativas de valor mediático, fornecendo informação tratada num formato interpretado como pronto a consumir pelas audiências”.

A “abordagem de credibilidade” pretende principalmente difundir a mensagem “certa”, aquilo que é considerado adequado dizer ou enfatizar. A abordagem de credibilidade passa ainda por “um investimento crescente por parte de ativistas LGBT em participar diretamente em espaços noticiosos, recentrando o interesse jornalístico na mensagem política produzida pelo próprio movimento” (Santos, 2008).

A “abordagem de empatia” consiste no investimento em relações de proximidade entre ativistas e determinados profissionais e órgãos de comunicação social (Santos, 2008). Este investimento traduz-se, por exemplo, de acordo com Santos (2008), no

“reconhecimento público relativamente a jornalistas e outras figuras mediáticas ilustrado pela entrega dos prémios arco-íris (iniciativa da ILGA Portugal desde 2003) e dos prémios Media (iniciativa da rede ex-áqueo desde 2005). A monitorização mediática e a identificação de possíveis aliados tem sido uma ação estratégica importante por parte do movimento LGBT em Portugal” (Santos, 2008).

Algumas representações no discurso dos media audiovisuais ainda sustentam a ideia de conflito entre a comunidade LGBTI+ e a igreja. Segundo a autora acima citada (Santos, 2008), as ligações “entre este movimento social e a religião têm sido investigadas, na medida em que os media continuam a perpetuar estereótipos negativos, apresentado os dois polos numa situação de conflito”. Ao considerar os membros LGBTI+ numa posição de oposição à igreja, o discurso jornalístico “faz com que as pessoas LGBTI+ religiosas se tornem invisíveis” (Santos, 2008).

É importante também que os media tenham a noção de que a sexualidade interage com várias categorias sociais. Nölke, (2017) enfatiza a ideia de que o “foco das análises de conteúdo existentes sobre sexualidade como o único ponto de identidade oferece representações simplificadas da comunidade LGBT, negligenciando as preocupações de como a sexualidade se cruza com outras categorias sociais como: raça, classe, idade, etnia ou religião”.

Assim sendo, a falta de diversidade racial entre as diversas identidades sexuais é motivo de preocupação. “As pessoas LGBTI+ não-brancas têm sido associadas a opressão tripla: opressão pela sociedade em geral, pela respetiva comunidade étnica e pelo racismo proveniente da comunidade LGBTI+ branca” (Nölke, 2017). Além do mais,

como argumenta Rodrigues (2019), “a ausência de diversidade racial, baseada em classes e idade, reforça a marginalização de pessoas LGBTI+ não-brancas e mais velhas. A representação de pessoas LGBTI+ adultas continua a ser invisível, mas essa mudança precisa de ser urgente”.

3.4. Importância da visibilidade da comunidade LGBTI+

Brandão (2008) considera que “as representações dominantes do que deve ser o exercício da sexualidade decorrem da concepção da existência de dois géneros opostos, irreduzíveis e destinados à atração e união mútuas”. Isto inclui a crença na heterossexualidade como forma “natural” e “normal” de expressão amorosa e sexual e “tem sustentado a preservação, no quadro da sociedade portuguesa, de legislação discriminatória face a todos aqueles cujas opções de vida escapam ao modelo por ela legitimado” (Brandão, 2008).

As transformações a que se tem assistido nas sociedades ocidentais durante meados do século XIX e início do século XX são fulcrais para a legitimação dos sistemas de classificação sexual.

Durante este período notam-se duas novidades fundamentais:

“por um lado, a medicalização da sexualidade – o sexo é desviado do domínio religioso do pecado e da santidade para o domínio clínico da doença e da saúde; por outro, a imposição, frequentemente sub-reptícia, de um modelo de sexualidade “normal”, falocêntrica, exclusivamente heterossexual e procriadora, que remete para o campo da perversão ou da patologia todas as outras formas de sexualidade” (Foucault, 1994; Katz, 1996; Kitzinger, 1995; Greenberg, 1988; Hawkes, 1996; Weeks, 1995a, 1995b; Wilton, 1995).

Os media sempre contribuíram muito para o processo de visibilidade que as identidades LGBTI+ experimentam, isto porque as representações da comunidade são produzidas em grande escala pela informação reproduzida pelos mesmos. Isto ajuda a que os membros LGBTI+ criem as suas próprias convicções e se libertem dos preconceitos que a sociedade tende a impor. Os media, com o desenvolvimento e o alargamento das redes de informação, podem, cada vez mais, atingir praticamente todos os públicos a todo o momento. Tal como Rosa afirma,

“a mediatização permite, assim, aos media, terem capacidades para fomentar e desenvolver o agendamento no plano político de ações com vista à criação de atos legislativos no sentido de criar situações de combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género” (Rosa, 2010).

Paiva sugere que uma comunidade é caracterizada por:

“quem confere valor à identidade, à proveniência, portanto, à origem: a via que conduz às raízes como às tradições. Comunitário é quem confere valor às relações sociais, religiosas, familiares e nacionais. Para o comunitário, a ligação não é a cadeia que o aprisiona e que limita sua liberdade, mas, ao contrário, o fio que o liga aos outros e que o sustenta. Comunitário é quem reconhece o seu lugar originário, assumindo-o como sua pátria; para ele não é insignificante ou fortuita a sua origem ou seu destino e suas relações” (Paiva, 2004).

Percebe-se, aqui, que o significado ligado à comunidade transmite a ideia de união, comunhão entre as pessoas. Isto fez-me perguntar qual a importância da visibilidade desta comunidade no discurso jornalístico num período de mudanças sociais. Sahin (2018) responde-nos a esta pergunta: “o género jornalístico pode contribuir para o reconhecimento de grupos marginalizados como os LGBTI+, desafiar os estereótipos e dar voz e visibilidade aos grupos marginalizados em vez de excluí-los”.

Após o 25 de Abril de 1974, surgiram várias propostas a favor da descriminalização dos homossexuais, a primeira em 13 de maio desse mesmo ano, com “a publicação do manifesto do Movimento de Ação dos Homossexuais Revolucionários (M.A.H.R.) (1974) no Diário de Notícias e no Diário de Lisboa, a que se seguem algumas manifestações públicas de homossexuais” (Silva, Castro, Cascais, Nascimento et al.).

A partir dos anos 90, o foco que os media deram à comunidade LGBTI+ teve vários impactos ao nível das representações sociais sobre orientação sexual e identidade de género, bem como sobre o movimento LGBT português em si, tendo sido este forçado a uma crescente reflexão política acerca da sua imagem tanto coletiva como individual.

Gameiro defende que, se na década de oitenta,

“a globalização fazia chegar os primeiros sinais de uma “subcultura gay” a Portugal, entre nós, a expressão parece referir-se mais a um estilo de vida que importou uma designação do que à atitude política e de revalorização simbólica observável nos contextos de origem do termo” Gameiro, 1998).

A propagação, a difusão e a baixa durabilidade das associações gays e lésbicas surgidas em Portugal acabam por sustentar a tese de Gameiro. Todos estes traços podem ser aliados aos baixos índices de associativismo dos portugueses, ao carácter local das associações, à distância entre as elites dirigentes e a população, em geral, além de uma espécie de ausência de sentido comunitário (Estanque, 1999; Mendes e Seixas, 2005).

Os dirigentes das associações gays e lésbicas portuguesas “enunciam a presença de um conjunto de razões que vão neste sentido, destacando, usualmente, a ausência de tradição associativa e de sentido de comunidade e a baixa politização da população portuguesa” (Brandão, 2008). Acresce também o receio da exposição pública por parte dos gays e das lésbicas numa sociedade tipicamente conservadora como a portuguesa, provavelmente para evitar as consequências da estigmatização ou discriminação social,

e a dificuldade que os dirigentes associativos têm para fazer passar à comunidade a necessidade de mobilização e intervenção política.

De qualquer forma, a ação das associações criadas constitui, certamente, “um elemento central no modo como os atores encaram e lidam com o homoerotismo, próprio ou alheio” (Brandão, 2008). Apesar das várias limitações anteriormente referidas que possam ser apontadas, o ativismo gay e lésbico tem contribuído para uma deslocação dos quadros normativos e jurídicos. A presença de

“modelos alternativos ao heterossexual na cultura popular, a sua divulgação nos meios de comunicação social, traduz também os resultados de um esforço coletivo no sentido de modificar as representações dominantes do homossexual e da lésbica. Assim, se uma parte dos discursos dos ativistas pode coexistir facilmente com a norma heterossexual, pode também contribuir para a desestabilizar e deslocar” (Brandão, 2008).

Isto demonstra a existência na sociedade de várias maneiras de vivência dos afetos e da sexualidade.

A transgressão gradual do espaço público que, tal como indica Hubbard (2001), é o espaço da cidadania, quer através da exibição de modos de vida alternativos, quer através da intervenção política, “pode ser também lida como um desafio à norma, como uma tentativa de reclamação de um estatuto do qual os dissidentes sexuais se encontram privados” (Hubbard, 2001).

Grande parte dos novos movimentos iniciados na década de sessenta do século XX privilegiaram a ideia de uma “identidade comum” em torno da qual desenvolveram “estratégias de mobilização” (Castells, 1998; Bernstein, 1997).

A concentração tem sido considerada um elemento fulcral tanto para a formação de várias subculturas LGBTI+, como para a sua mobilização política, na medida em que oferece, simultaneamente, visibilidade e proteção (Castells, 1998; Faderman, 1992; Greenberg, 1988; Weeks, 1990, 1995b).

Adorno (1998) menciona este contraste: “a formação de estereótipos promove o narcisismo coletivo. Aquelas qualidades com as quais alguém se identifica, a essência do próprio grupo, tornam-se impercetivelmente o bem em si, e os outros grupos, maus”.

Os grupos minoritários são, muito frequentemente, desvalorizados e discriminados, devido aos preconceitos enraizados nas nossas sociedades. Allport já definia a palavra preconceito como “uma atitude hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence àquele grupo e, portanto, presume-se que tenha as qualidades condenáveis atribuídas ao grupo” (Allport, 1954).

A mobilização ascendente dos movimentos LGBTI+ assume que “a orientação sexual e a identidade de género não são simples aspetos da vida privada dos indivíduos, mas identidades que podem potenciar transformações sociais e culturais” (Rosa, 2010). Estes

processos de transformação ocorrem quando “estas identidades se organizam, de modo consciente, em torno de elementos que as diferenciam de uma maioria até então dominante, que aqui pode ser entendida como a heterossexualidade normativa” (idem).

Heteronormatividade é um conceito que foi definido por Berlant e Warner (1998) como:

“instituições, estruturas de entendimento e orientações que fazem a heterossexualidade parecer não apenas algo coerente, mas também privilegiada. Esta coerência é sempre provisória e o privilégio pode assumir várias formas (às vezes contraditórias): como idioma básico do pessoal e do social, ou projetada como uma realização ideal ou moral”.

Existe uma ligação muito forte entre a representação nos media das minorias sexuais, expondo as violações de direitos e dignidade humana, e a sua aceitação pela população em geral. Rodrigues (2019), afirma até que “muitos jornalistas ainda têm dificuldades em representar a complexidade e pluralidade das ideologias hegemónicas sobre identidade, género e sexualidade”. Porém, cada vez mais, é necessário alterar os discursos jornalísticos no que toca a estes temas contribuindo para representações mais justas e reais.

As capitais foram encaradas por muitos membros desta minoria como um espaço de maior liberdade, principalmente em relação ao controlo exercido pelas famílias e sociedades nas áreas rurais. Nas histórias de vida recolhidas por Gameiro (1998), “a migração para a cidade surge, muitas vezes, como estratégia de fuga aos constrangimentos do meio geográfico e social de origem de muitos jovens, permitindo, paralelamente, o acesso a redes de sociabilidade homossexuais”.

Kathryn Woodward (2000) defende que “a identidade é relacional”. Ou seja, “é através da diferença, de um processo de auto categorização e do nosso diálogo com os outros que estabelecemos a nossa identidade e negociamos valores e significados”.

A performatividade identitária, como indica Butler (1990), “exige repetidos atos de performance construídos como rituais de apresentação individual ou coletiva, eventualmente subversivos e controversos face a um modelo dominante”.

Várias iniciativas, como o Arraial Pride (após 1997) e a Marcha LGBTI+ (após 2000) representaram o abandono da esfera privada como espaço exclusivo das sexualidades não-heteronormativas. A rua “foi então reclamada como palco de participação cultural e reivindicação política, dotando as questões LGBTI+ de categorias previamente ausentes” (Rodrigues, 2019), como é o caso da visibilidade e legitimidade sociopolíticas.

Ao trocar a invisibilidade do desejo individual, apenas exercido no espaço doméstico, pela visibilidade de reivindicações manifestadas no espaço público, o movimento LGBTI+ “desafiou as fronteiras entre espaços públicos e privados, reclamando a máxima feminista dos anos 1960 de que o pessoal é, afinal, político” (Hanisch, 1969).

Davina Cooper (2001) apresenta-nos como as categorias de “local adequado” ou a distinção entre público e privado continuam a contribuir para a manutenção de exclusão e desigualdade. Ou seja, “eleger a rua como espaço político preferencial para a ação reivindicativa e afirmação identitária reveste-se de um poder simbólico acrescido, uma vez que desafia o monopólio da visibilidade heteronormativa” Cooper (2001).

O papel dos media assume uma particular importância no que trata do exercício político dessa visibilidade e legitimidade fora do espaço privado. “O surgimento de intervenções LGBT na esfera pública portuguesa atraiu interesse por parte dos órgãos de comunicação social, construindo o movimento LGBT como objeto de visibilidade, interpretação e representação de carácter diverso” (Santos, 2008).

Uma representação positiva passada pelos media pode garantir um sentido de comunidade (Gomillion). Para Ochman (1996), “as exposições a representações positivas podem ter um impacto positivo na perceção que o individuo tem de si mesmo”. A comunidade pode, neste sentido, desenvolver uma melhor autoestima se as representações forem positivas. Além disso, podem ainda dar voz a identidades e expressões de género que muitas vezes são silenciadas.

Rodrigues (2019) defende que a “representação mediática deste grupo minoritário é também importante para a população heterossexual. A representação pode ajudar no decréscimo da fobia contra as minorias sexuais e não na sua propagação”, isto porque a homofobia pode manifestar-se “através de piadas, ataques físicos, discriminação e representação negativa dos media” (Rodrigues, 2019).

Capítulo IV - Eventos LGBTI+

4.1. Divulgação de eventos

“A emergência do movimento LGBT português de forma pública e organizada aconteceu a partir da segunda metade da década de 1990” (Santos, 2008). Consoante a mesma autora, várias iniciativas, tais como o Arraial Pride e a Marcha LGBTI+ significaram “o abandono da esfera privada enquanto espaço exclusivo das sexualidades não-heteronormativas e a consequente entrada do ativismo LGBT na esfera pública portuguesa” (Santos, 2008).

A rua, enquanto espaço público, passou a ser reclamada como palco de participação cultural e de reivindicação política, dotando as questões LGBTI+ de visibilidade e legitimidade sociopolíticas (Santos, 2008). Estes eventos representaram a entrada dos direitos sexuais na esfera da cidadania. O progressivo reforço da visibilidade e legitimidade públicas relativo a estas questões traduziu-se numa maior cobertura mediática do tema.

Stuart Hall (1980), que nos apresenta os termos codificação/decodificação (encoding/decoding), indica-nos que “os espectadores criam significados ativamente quando recebem a informação, sendo estes significados heterogêneos e contingentes dos efeitos dos meios de comunicação sobre as experiências e condicionantes dos indivíduos” (Hall, 1980).

A mensagem passada pelo discurso pode, então, ser vista não como apenas uma criação do produtor do texto, mas como um conteúdo em que o consumidor tem uma função fulcral na produção de significado.

Como afirma Santos (2008), “o caminho percorrido pelo olhar mediático sobre eventos LGBT em Portugal parece indicar, portanto, uma transformação desde um tempo de objetificação dominante a um outro, mais contemporâneo, de reconhecimento do ativismo LGBT enquanto sujeito noticioso”. Dá-se lugar a modelos em que se “valoriza a diversidade interna, a multiplicidade de vozes e o ativismo LGBT enquanto sujeito político participante no espaço público” (Santos, 2008). Verifica-se também um crescente investimento por parte do movimento LGBTI+ português numa relação de proximidade pedagógica com os media e restantes agentes de mudança sociocultural.

As transformações nas molduras jornalísticas que se têm notado no que toca à cobertura de eventos LGBTI+ decorrem das relações de proximidade entre ativistas e determinados órgãos de comunicação social. Deste modo, os jornalistas são considerados importantes aliados por parte dos ativistas, sendo comuns expectativas de que o seu trabalho seja justo e rigoroso.

4.2. Cobertura destes eventos em órgãos de comunicação generalistas

Na década de 1960, e conforme indicou Bennett (1998), “durante o movimento de libertação homossexual, a cobertura dos mediática reforçava os estereótipos anti homossexuais”. O discurso mediático ainda reforça, com frequência, os típicos estereótipos e caricaturas de “gay afeminado” e “lésbica masculina”, para reforçar a ideologia machista. Contudo, desde essa década, a comunidade em questão tem lutado imenso para ganhar espaço na sociedade e diminuir a discriminação e o preconceito.

Nos últimos anos, as imagens de indivíduos LGBTI+ têm tido uma presença acentuada nos meios de comunicação. Segundo Rodrigues (2019), “apesar de os media abordarem, cada vez mais, assuntos ligados à comunidade LGBTI+, muitas vezes, existem dois extremos na representação desta comunidade: silêncio ou estereótipo. Neste sentido, os meios de comunicação devem desafiar o status quo heteronormativo na sociedade”.

Larry Gross (1991) utiliza o termo “aniquilação simbólica” (“symbolic annihilation”) para destacar as desigualdades das representações das minorias nos media. O autor afirma que “quando estas comunidades ganham visibilidade, as representações ainda refletem os principais preconceitos e interesses das elites que definem a agenda pública, e essas elites são (principalmente) brancas, (principalmente) de meia-idade, (principalmente) homens, (principalmente) classes médias e médias altas, e inteiramente heterossexual” (Gross, 1991).

“A cobertura noticiosa de eventos LGBT em Portugal em jornais e canais de referência é hoje manifestamente mais inclusiva e rigorosa quando comparada à década de 1990” (Santos, 2008), principalmente devido ao empenho do movimento LGBT, com o objetivo de forçar “a sua passagem progressiva de objeto a sujeito noticioso” (idem).

Michel Foucault (1988) mostra-nos que a sexualidade “é uma construção que mantém no poder uma sociedade de normalização”. O discurso público é, desta forma, um poderoso instrumento de poder.

Tem-se notado, nos últimos anos, uma transformação no modo como eventos LGBTI+ são noticiados nos media generalistas, principalmente na cobertura da Marcha LGBT, do Arraial Pride e do Porto Pride, pela exposição de que se cobrem estes eventos enquanto espaço de visibilidade pública.

Eric Swank (2000) sugere o conceito de “níveis de atenção compatíveis”, que procura resumir a ideia de que existe concordância entre jornalistas acerca do que é considerado relevante sob o ponto de vista noticioso.

“A compatibilidade de níveis de atenção encontrada entre diferentes órgãos de comunicação social facilita a tarefa de ativistas no que respeita ao desenvolvimento de estratégias de abordagem ao meio jornalístico, uma vez que os padrões de relevância noticiosa se tornam assim identificáveis e inteligíveis” (Santos, 2008 e 2009).

Santos (2009) constata que existe “um aumento gradual na diversidade de tópicos noticiados, particularmente em 2005 e 2006”. O Arraial Pride e a Marcha LGBTI+ que, durante vários anos, foram os únicos temas cobertos, acabam por perder protagonismo, passando a ter um papel “mais episódico e menos central” (Santos, 2009). Podemos entender este fenómeno à luz do que Oliver e Myers (2002) designam por “ciclos de atenção mediática”, ou seja, “a tendência para a sobre representação de certos temas ou movimentos quando o assunto está quente” (2002), verificando-se depois uma tendência de “apagamento noticioso” do próprio tema.

Capítulo V - a migração do audiovisual para o digital

5.1. Aparecimento de novas plataformas

Com o aparecimento da Internet, várias plataformas, como o YouTube, nasceram e mudaram os hábitos de consumo audiovisual. De acordo com Fonseca (2018), a televisão e o YouTube “são meios diferentes e formas diferentes de transmitir conteúdo, que deverá ser personalizado e criado com uma estratégia definida individualmente para cada plataforma”.

O YouTube é conhecido, nos dias de hoje, como uma das plataformas mais inovadoras para conteúdos de vídeo. Tal como indica Fonseca (2018), “a sua rápida evolução, diversidade de conteúdos e inovação fizeram com que o YouTube tivesse uma rápida ascensão no mundo da internet, pondo em causa a televisão como a conhecemos nos dias de hoje”.

O início da idade da televisão, na década de 1950, “deu surgimento à comunicação visual e estimulou a emergência de uma teoria interdisciplinar dos media” (Briggs e Burke, 2002). Foi graças ao aparecimento da televisão que a comunicação visual passou a chegar a mais pessoas, através de imagens em movimento. Com o aparecimento da internet e das novas tecnologias fomos adquirindo novas formas de “ver televisão”. O que era ver televisão antes já não é o que é ver televisão agora.

O conceito de televisão para Adorno, segundo indica Parmeggiani (2016), passa pela ideia de que, como meio de comunicação de massa, “apresenta múltiplas camadas, oferecendo mensagens manifestas e outras implícitas, e que a sua diferença em relação aos outros meios é o seu ‘pseudo realismo’ que proporciona ao telespectador”.

Para Lotz (2007), a televisão “significa a quantidade de experiências que adquirimos no ato de ver televisão”, não propriamente a forma como o conteúdo chega até nós ou como o vemos, mas aquilo a que associamos enquanto estamos a ver televisão.

Várias tecnologias foram criadas para a digitalização da televisão, “tais como os sistemas de televisão Fairy, TiVo e WebTV que oferecem novos tipos de interfaces, entre o telespetador e o programa” (Olsson e Spigel, 2004).

Os consumos foram-se focando na personalização dos conteúdos para cada consumidor. As audiências têm o controlo de como ver os programas que querem, seja por diferido ou em direto.

Esta criação de conteúdo, como indica Fonseca (2018), deixa de “ser específica do meio, para um conteúdo que flui através de múltiplos canais de media, para múltiplas formas de aceder a conteúdo mediático e para relações cada vez mais complexas”. É aqui que várias plataformas se cruzam: o computador, o telemóvel e o uso da internet com a televisão. “É o fluxo de conteúdo em várias plataformas de media onde tudo se liga” (Fonseca, 2018), ficando o consumidor com cada vez mais poder.

Com a generalização do uso da internet, as audiências começaram a ficar mais fragmentadas, sendo que a convergência dos diferentes meios de comunicação veio unir os consumidores às novas e antigas plataformas de media. Fonseca afirma até que “o consumidor decide o que ver e os seus gostos são cada vez mais detalhados, explorando as vantagens de criar e vender conteúdo aos consumidores, porque a convergência consolida a lealdade do consumidor moldando o seu comportamento” (Fonseca, 2018).

Na perspetiva de Jenkins (2006), “estes media personalizados foram um dos ideais da revolução digital da década de 1990”, pois permitiu-nos consumir apenas o conteúdo que achamos significativo e não apenas o que nos é acessível. Outra perspetiva que Jenkins nos apresenta é a das comunidades, no sentido em que “um homem que tenha só uma televisão estará significativamente sozinho, mas um homem que tenha uma televisão e um computador poderá interagir e pertencer a uma comunidade” (Jenkins, 2006).

O YouTube é, atualmente, uma das plataformas mais inovadoras para conteúdos de media, principalmente de vídeo. O YouTube já está completamente integrado na nossa cultura, embora não seja a única plataforma de partilha de vídeos. A sua rápida evolução, diversidade de conteúdos e inovação fizeram com que a plataforma tivesse uma rápida ascensão no mundo da internet.

Armanda Lotz (2007) diz-nos que: “a convergência entre as várias tecnologias conectadas de maneira incerta, exceto pela linguagem digital, aumenta a ambiguidade sobre se algo como o YouTube seria melhor classificado como 'televisão', 'vídeo', ou 'computador'” (Lotz, 2007).

Como podemos ler na citação de Amanda Lotz, não é propriamente fácil caracterizar uma plataforma como o YouTube. Todas as palavras-chave descritas por Lotz (televisão, vídeo, computador e ecrã) fazem parte do “mundo YouTube”. Esta é uma plataforma que atravessa vários ecrãs, tanto o da televisão, como o do telemóvel, como o do computador e do tablet. Contudo, a principal palavra usada por Lotz para caracterizar o YouTube é “televisão”. Esta relação entre YouTube e televisão é muito importante e muitas vezes de comparação.

Nick Couldry (apud Burgess e Green, 2009) alega que, nos media tradicionais, a distância entre a pessoa "comum" e a celebridade só é ultrapassada quando o cidadão comum “adquire os modos de representação dos meios de comunicação de massa”, fazendo a transição entre aquilo a que Couldry chama de "mundos comuns" para o mundo dos "media".

Os “youtubers” (termo utilizado para os produtores de vídeos divulgados no Youtube), mostram frequente o seu dia-a-dia como se de um programa de televisão se tratasse, sendo eles próprios a escolher o conteúdo que pretendem passar ao público. Na televisão, por outro lado, as imagens são manipuladas pelos produtores para iludir o público.

Como indica Fonseca (2018), “a convergência dos media marca, hoje, os nossos hábitos enquanto consumidores e mostra que mudanças terão de ser feitas entre os media tradicionais e os novos media”. Isto não significa que as plataformas tradicionais deixarão de existir, mas as formas como as pessoas consumirão estes conteúdos serão, certamente, diferentes. O autor afirma também que “a Internet e as tecnologias digitais transformam as nossas vidas, mudando as nossas relações sociais, do mercado de trabalho e de como fazer negócios” (Fonseca, 2018).

Não há muito tempo, ver televisão significava sentarmo-nos no sofá, geralmente em família, ligar o aparelho e ver os canais disponíveis. Atualmente, ver televisão é muito mais que isso, envolvendo várias multiplataformas para “prender” cada vez mais o espectador.

Para muitos adolescentes, a internet “é uma forma de escapar do contexto de casa, uma maneira de se conectar a algum tipo de comunidade maior além das suas escolas e da comunidade local” (Jenkins et al., 2016).

Importa aqui citar Lotz (2007): “nunca existiu tanto potencial para tanto conteúdo, distribuição e preços que não alcançam as grandes empresas de media, ou seja, conteúdo a um baixo preço. Estes métodos de distribuição tornaram a televisão móvel”.

O aparecimento destas tecnologias acabou por resultar num esforço para incorporar os produtos no uso diário do maior número de plataformas possível, tal como afirma Van Dijck (2013): “estando estas plataformas a evoluir e a captar cada vez mais público muitas vezes são usadas pela televisão onde estão presentes a atualizar e a criar conteúdo”.

A “era do digital” é geralmente associada a um público mais jovem, que sempre viveu e cresceu com a internet. “Os jovens estão ligados aos media pela novidade, mudança e discursos ligados à juventude” (Fonseca, 2018). As notícias, a que antes apenas tínhamos acesso pela televisão ou jornais, encontram-se agora por toda a internet. O consumo de notícias passou a ser feito, maioritariamente, através do telemóvel. Fonseca acrescenta também que “ver televisão deixou também de ser feito apenas no ecrã da nossa sala de estar para atravessar múltiplas plataformas de consumo de media” (Fonseca, 2018).

A criação de conteúdos, nesta nova era chamada “era digital”, tem-se adaptado às várias plataformas, tanto online como tradicionais. A “tendência de ir além da transmissão linear televisiva para uma abordagem de formato de multiplataforma digital é evidente e em ambos os sectores privado e público” (Enli, 2008; Doyle, 2010; García-Avilés, 2012 apud Doyle, 2016). Esta tendência tem sido estimulada por um aumento significativo na popularidade de distribuidores online de conteúdo de televisão.

O desenvolvimento das plataformas de distribuição digital tem afetado os hábitos de consumo. Por isso, e tal como afirma Fonseca (2018), “muitas emissoras responderam desenvolvendo a sua presença online e dando ênfase cada vez maior a plataformas digitais onde o público pode interagir com o conteúdo”.

A indústria televisiva é, ainda, dominada por canais convencionais. Contudo, por outro lado, “a indústria da televisão online está a crescer rapidamente com novos modelos de negócios” (Doyle, 2016). Os canais têm ainda um grande poder, mantendo uma vantagem competitiva. Doyle acrescenta também que “é preciso redefinir até certo ponto o que entendemos por ‘canais’, mudando assim para esse conceito de proposta de marca multiplataforma” (Doyle, 2016).

As rápidas mudanças tecnológicas mudaram a forma como vemos televisão e como consumimos conteúdo audiovisual. A televisão passou a ser algo “mutável”, contrariamente ao que era há relativamente pouco tempo.

O conteúdo tem de ser cada vez mais personalizado para o consumidor. O “conteúdo torna-se o centro, e não a plataforma” (Fonseca, 2018). A plataforma influencia o conteúdo. O conteúdo que é feito para passar num canal generalista tem de ser diferente do conteúdo para passar em direto online. De acordo com o autor referido, “é preciso estar em todas as frentes com conteúdos diversificados em cada plataforma para que este público fragmentado possa ver o conteúdo que lhe é mais apelativo” (Fonseca, 2018).

5.2. Importância do Audiovisual para a representação de um evento LGBTI+

A manifestação audiovisual teve um grande impulso na década de 80 do século passado, principalmente devido aos grupos que não se sentiam representados nos meios de comunicação tradicionais (Arantes; Musse; Rebello, 2012). Segundo estes autores, a “democratização da produção audiovisual permitiu que novas vozes alternativas conquistassem espaços como em programas de TV, telejornais, blogs, etc.” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

A evolução dos novos media contribuiu para uma “revolução muito mais profunda, afetando todos os estados da comunicação, a aquisição, edição, armazenamento e distribuição de informação” (Manovich, 2001). Esta “revolução” acabou por alterar drasticamente a sociedade, pois já não há “impedimento ao conhecimento e onde a comunicação ultrapassa as barreiras do espaço e do tempo” (Lisbôa; Bottentuit Junior; Coutinho, 2009).

A popularização do computador, durante o século XX, revolucionou a sociedade, dando início à era digital. A informação passou, com a vinda desta nova era, a ser tão valorizada como dinheiro ou status social. Estar informado, nos dias de hoje, é “completamente essencial para qualquer indivíduo em todos os tipos de atividades que realize, seja no trabalho, estudo ou lazer” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

De acordo com Ferreira e Vizer (2007), “a oportunidade de interação que a internet oferece ao usuário garante o sucesso da circulação das informações que são produzidas, recebidas e repassadas constantemente”. Esta interatividade gera uma rede de conectividade entre pessoas de todo o mundo. “As tecnologias quebraram as barreiras

de tempo e espaço, introduzindo o passado e o futuro nas equações de um presente perpétuo” (Ferreira; Vizer, 2007).

A internet gerou uma rede de conexões, um espaço onde qualquer um pode contribuir para a construção do conhecimento, criando-se um conhecimento coletivo, chamado “inteligência coletiva”. “É uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em mobilização efetiva das competências” (Levy, 2003).

O conhecimento coletivo proporcionado por essa “era da convergência mediática, caracterizada por múltiplas plataformas media interconectadas estimula a participação das pessoas em grupos, comunidades e fóruns nas redes gerando um fluxo comunicacional em que as informações se vão organizando e encaixando como se fizessem parte de um quebra-cabeça” (Arantes; Musse; Rebello, 2012). Este espaço, “das redes”, é como um espaço sem restrições, onde o utilizador se sente mais à vontade para revelar o que pensa, deseja ou teme.

As atividades comunicacionais no ciberespaço, tal como afirma Sodré (2002), “geram uma interatividade democrática entre indivíduos virtualmente reunidos, mas afetivamente afastados. Mesmo assim, constrói-se uma nova integração de grupos com a sensação de pertencimento à geração tecnológica”.

O ciberespaço, além de beneficiar a individualidade do utilizador, incentiva-o a participar em grupos com o objetivo de discutir questões que lhes possam interessar. Tal como indica Barbalho, “as redes, principalmente as redes sociais, acabam constituindo-se como novos espaços para o exercício da cidadania”, isto porque o que antes era discutido através de aglomerados de pessoas, como em palestras, passa agora a ser virtualmente. “Portanto, a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria” (Barbalho, 2005).

Esta mudança das discussões do espaço físico para o espaço virtual “permite a democratização do acesso à informação, proporcionando à população um lugar de fala que dificilmente seria disponibilizado em situações presenciais” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

As ferramentas disponibilizadas pela internet “permitem uma cultura da participação, onde o utilizador deixa de ser um mero consumidor, passando a ter também um papel de produtor” (Boccia Artieri, 2012).

Embora a comunidade LGBTI+ tenha, atualmente, uma “maior representação e diversidade em vários domínios públicos, muitas vezes a comunidade ainda se encontra vulnerável” (Gross, 2007). Contudo, nos últimos anos, tal como Ken Plummer (2003) aponta: “Cada vez mais, as pessoas passaram a exprimir as suas sexualidades através da ajuda da televisão, imprensa, cinema e, muito recentemente, ciberespaço”.

Nas sociedades ocidentais, principalmente nos últimos cinquenta anos, o comportamento em relação a pessoas LGBTI+ tem vindo a melhorar e o preconceito e discriminação têm tendência para diminuir. Por terem uma forte influência no modo como as pessoas interpretam o mundo que as rodeia, “os meios de comunicação podem contribuir ou destacar as desigualdades da sociedade” (Dines & Humez, 2015).

Por isso, Gitlin (2003) decide destacar a importância na mediação de movimentos sociais, como podemos ler na seguinte citação:

“Os meios de comunicação definem a representação pública dos eventos direcionados a este movimento. As imagens passadas nos media são associadas à imagem pública de um movimento. (...) Esse enquadramento, se for muito amplificado, ajuda a determinar o destino do movimento em questão”.

A posição que as pessoas assumem em relação a um movimento social é, geralmente, construída após a informação divulgada pelos meios de comunicação e do enquadramento utilizado. As representações de uma comunidade como a LGBTI+ divulgadas pelos media podem sustentar a homofobia. Na verdade, Richard Dyer (1993) defende que “a forma como os grupos sociais são apresentados culturalmente pode ser sinónimo de como são tratados no quotidiano”.

Neste sentido, “a influência do apelo emocional, como o tom das notícias, pode ter impacto nos comportamentos e atitudes das audiências, influenciando se apoiam ou não um determinado tema” (Lee and Basnyat, 2013).

Durante várias décadas, os grupos minoritários têm sido sub-representados e estereotipados nos meios de comunicação. Richard Dyer define estereótipo como “algo que é utilizado para expressar um consenso geral sobre um grupo social, como se esse consenso tivesse surgido antes, e independentemente do estereótipo” (Dyer, 1993).

As minorias geralmente veem os estereótipos como uma “forma de exclusão social e discriminação pela maioria dominante” (Giddens, 2004). Com o surgimento das novas tecnologias, as minorias passaram a conseguir “expressar-se publicamente e transformar as representações dos media tradicionais” (Giddens, 2004).

A interação entre as múltiplas identidades tornou-se uma prática comum com o crescimento do processo de globalização. Dominique Wolton (2004) defende até que, outrora, “o outro era uma realidade etnológica, distante; hoje, é uma realidade sociológica, com a qual temos de coabitar”, dado que “as distâncias já não são físicas, são culturais”.

Segundo Rodrigues (2019), “os novos media digitais impulsionaram o avanço de um novo modelo cívico que permite uma forma de comunicação direta”. Através destes meios digitais, qualquer pessoa pode ganhar maior visibilidade comparativamente aos media analógicos, “cujos consumidores encontravam-se numa situação de passividade e isolamento” (Rodrigues, 2019).

Além de ser mais fácil ganhar visibilidade, a internet “não precisa de incentivo de políticas para a propagação dos conteúdos para o público, o que tem levado os realizadores à criação de circuitos alternativos em redes sociais, blogs e chats” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

Papacharissi (2009) confirma a ideia dos autores acima transcrita, através da citação:

“Considerando que os media analógicos oferecem oportunidades limitadas e estruturadas de acesso à informação e comunicação com a estrutura política, os media digitais ampliam o conjunto de ferramentas que as minorias têm à sua disposição, para que possam acompanhar os desenvolvimentos e mobilizar, se necessário”.

Contudo, a grande quantidade de conteúdo e informação disponível acaba por prejudicar a divulgação em massa dos mesmos conteúdos.

Lay & Thomas (2012) admitem que “a internet facilitou a forma como as minorias contam as suas histórias e partilham informação”. Com o fácil acesso às novas tecnologias, as minorias têm desenvolvido estratégias para se afirmarem publicamente, mostrarem as suas identidades e “fazerem frente às mainstream news” (Lay & Thomas, 2012).

Concordando com a ideia acima descrita, Rodrigues (2019) acrescenta ainda que “o ciberespaço possibilitou a expressão da identidade sexual, ativismo e construção de problemas sociais. Antes da criação de comunidades virtuais, muitos indivíduos LGBTI+ sofriam em silêncio e sem apoio”.

A internet “tornou-se uma tática e ferramenta para o ativismo” (Shapiro, 2004). De certo modo, o ativismo “neste meio direciona-se para o foco principal: a potencial audiência, neste caso, a comunidade LGBTI+” (Shapiro, 2004).

As plataformas digitais dão oportunidade a qualquer cidadão comum de, como diria Papacharissi (2009), “se envolver diretamente na esfera pública, de uma maneira anteriormente ausente nas democracias representativas”. O cidadão consegue, então, recuperar “qualidades de cidadania perdidas pela expansão dos mass media” (Sá, 2002).

A internet, de acordo com Arantes, Musse e Rebello, oferece uma

“relação mais autónoma e produtiva com o universo audiovisual: a facilidade de produção, distribuição e apropriações de sons e imagens transformam os jovens em agentes sociais que aos poucos vão deixando de lado a postura passiva frente à produção massiva de informação para assumir o papel de produtores de conteúdo” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

Estes jovens veem na internet um espaço prometedora para que possam desenvolver-se enquanto cidadãos. Os autores anteriormente citados acrescentam ainda que “essas

práticas ganham importância na medida em que os grupos juvenis vão-se destacando na esfera cultural, social, económica e política” (Arantes; Musse; Rebello, 2012).

Assim, e de acordo com Pryston (2008),

“na segunda metade do século XX os jovens tornaram-se protagonistas das culturas de rua e, com eles, as suas experiências e vivências metropolitanas transformaram-se em estéticas que, se inicialmente se caracterizavam pelo tom alternativo e de pequenos grupos, aos poucos vão sendo absorvidas e legitimadas pelo campo da comunicação visual”.

Isto abrange os “significados produzidos e compartilhados pelos grupos de pertencimento e os agentes e sujeitos envolvidos nestes sofisticados processos que articulam o campo da comunicação visual e a dimensão estética da vida diária de qualquer ser humano”. (Pryston, 2008)

Como afirma Nettleton (2015), as representações de género, sexualidade e raça ficaram mais visíveis nos novos formatos digitais do que eram nos media tradicionais:

“O formato digital, em evolução, permite que as representações nos media de género, sexualidade e todas as identidades sejam rapidamente geradas, circuladas quase instantaneamente e consumidas pelas audiências que conseguem alcançar um número de pessoas muito maior do que o jornalismo impresso. Esta velocidade de transmissão, pode tornar as novas representações ainda mais poderosas e influentes do que as encontradas nos media tradicionais”.

O ciberespaço, e principalmente as redes sociais, permitiram o desenvolvimento de comunidades que favorecem o ativismo e enfraquecem o isolamento social:

“A Internet fez mais do que alterar a distribuição de informação e reduzir o custo da atividade e desenvolvimento do movimento. A contribuição mais significativa que a Internet oferece aos movimentos sociais é a expansão de onde o ativismo acontece. A Internet tornou-se mais do que uma ferramenta empregada pelos movimentos sociais: tornou-se um espaço, embora virtual, dentro do qual a organização e o ativismo podem acontecer” (Shapiro 2004).

Atualmente, é muito fácil contribuir para o fluxo de notícias através do mundo virtual. Rodrigues (2019) comenta que “o acesso fácil a imagens e informação oferece a possibilidade de construir qualquer tipo de representações”.

A ideologia capitalista é, muitas vezes, indicada como responsável pela submissão das minorias sexuais, ao longo de vários séculos, pelas majorias, tal como Wolf (2009) observa: “O capitalismo cria as condições materiais para que homens e mulheres levem uma vida sexual autónoma, mas, ao mesmo tempo, procura impor normas heterossexuais à sociedade para garantir a manutenção da ordem económica, social e sexual”.

Assim sendo, a afirmação social do movimento LGBTI+ exprime também “um momento de cidadania” (Weeks, 1998) para a as pessoas não-heterossexuais e transgénero. Fazendo parte da esfera pública, a identificação como LGBTI+ “facilita a entrada num discurso global sobre os direitos LGBT como parte integral dos Direitos Humanos” (Wikinson e Kirey, 2010). Isto faz com que seja destruída a “divisão construída tradicionalmente entre a esfera pública e privada” (Weeks, 1998).

Capítulo VI - Impacte da representação mediática da comunidade LGBTI+

No geral, grande parte dos portugueses ainda mantém uma posição bastante conservadora em relação à comunidade LGBTI+, embora seja algo que tenha vindo a mudar nas últimas décadas. A maioria das pessoas LGBTI+ ainda se “sente forçada a esconder a sua orientação sexual e identidade de género, por exemplo na escola, no local de trabalho e mesmo perante o pessoal de saúde” (ECRI, 2019).

A exposição mediática da comunidade LGBTI+ nos últimos anos teve grandes impactos sobre o movimento, forçado a uma reflexão acerca da sua imagem projetada no exterior. Segundo Fairclough (1992), “a mudança na linguagem é útil para se poder compreender a mudança social e cultural, pois os discursos não refletem apenas relações ou identidades sociais, mas posicionam as pessoas, de diferentes formas, como sujeitos sociais”.

Este autor escreve que “o texto está inserido numa prática discursiva que, por sua vez, está inserida numa prática social firmemente enraizada nas diversas estruturas por onde se orienta” (Fairclough, 1992). Posto isto, para “podermos efetuar uma análise textual, devemos ter sempre em atenção o vocabulário, a semântica, a coesão e a estrutura do texto, aquilo a que Eco chama semiótica textual” (Fairclough, 1992).

Eco (1993), compreende que “a semiótica textual deve ser feita através do estudo de uma linguagem que é o produto de uma língua já falada, ou seja, formada por signos”. Ou seja, não é necessária “uma análise gramatical do enunciado, mas uma análise semântica em termos isolados, pois o texto não nega, mas engloba uma análise alargada” (Eco, 1993). O autor acrescenta ainda que “o texto é uma máquina preguiçosa que requer do leitor um árduo trabalho cooperativo para preencher espaços do não dito ou do já dito, espaços por assim dizer, deixados em branco” (Eco, 1993).

Jeffrey Weeks (1995) equipara identidades a ficções, “mas ficções necessárias, na medida em que constituem instrumentos de existência e visibilidade públicas num contexto em que elas são (ainda) indispensáveis. Tal utilização identitária com fins declaradamente políticos parece justificada pelo seu teor estratégico marcadamente temporário, face à necessidade de identificar, nomear e destituir o domínio heteronormativo e heterossexista” (Weeks, 1995).

O movimento LGBTI+ debate-se, frequentemente, com preocupações antecipadas em relação à forma como os seus eventos e iniciativas são representados pelos meios de comunicação. Assim, as comunidades LGBTI+ tornam-se “prisoneiras” da relação com o contexto sociocultural em que estão inseridas, relações estas mediadas pelos media.

A crescente exposição da comunidade LGBTI+ contribuiu para a democratização do espaço público. Contudo, e tal como Seidman (2002) indica, observa-se uma “tendência para estabelecer um determinado modelo de existência LGBTI+, apoiado no que a literatura descreve como a hegemonização do ‘gay normal’” (Seidman, 2002). Esta

“hegemonização” acaba por “reforçar uma ‘cidadania heteronormativa’”, desta feita a partir de dentro do próprio movimento” (Johnson, 2002).

Desta forma, tentar controlar a população LGBTI+, “pelo menos na forma como esta se apresenta na esfera pública em representação do movimento LGBT, pode levar a formas de disciplina e domesticação em tudo semelhantes a princípios heteronormativos apoiados no que é entendido como respeitável, aceitável, próprio” (Santos, 2008).

Como indica a autora acima citada, “a relação entre media e ativismo LGBT parece ser uma peça fundamental no entendimento do que é considerado (in)aceitável e, conseqüentemente, acolhido ou rejeitado não só pelos poderes fácticos (media, lei, decisores políticos) mas também pelo ativismo LGBT” (Santos, 2008).

Rodrigues (2019) acrescenta ainda que, embora o nosso país seja “um dos principais países europeus que mais respeitam os direitos da comunidade LGBTI+, existe ainda um longo caminho a percorrer de modo a que a inclusão e a diferença sejam celebradas e não silenciadas”.

Capítulo VII – Estudo de Caso

Nos últimos anos, podemos verificar que o movimento LGBTI+ tem evoluído a largos passos, e ganhou uma visibilidade e força notórias na nossa sociedade. Para tal, os media contribuíram em grande escala pois, devido à influência que possuem, têm moldado as representações da comunidade.

Este relatório de estágio distingue-se, principalmente, por analisar a forma como os media contribuem para a divulgação dos eventos LGBTI+, e quais as representações desta comunidade que transmitem à sociedade, dado que podem ser responsáveis pela formação de uma opinião positiva ou negativa da mesma.

Ao fazer uma pesquisa intensa relacionada com este tema, concluí que em Portugal existem ainda muito poucos trabalhos de investigação relacionados com o mesmo, o que me levou a ter ainda mais desejo em trabalhá-lo. Concluí também que, dos media audiovisuais generalistas portugueses analisados noutros trabalhos, o canal de televisão TVI (Televisão Independente) foi o menos mencionado e analisado.

Este canal de televisão (TVI) foi líder de audiências em Portugal durante muitos anos e, por isso, suponho que tenha sido o que mais tenha influenciado as mentalidades da população nos últimos anos. Decidi, então, proceder a uma análise das peças de informação relacionadas com a temática LGBTI+ do ano 2019. A visibilidade que este canal possui faz com que tenha o poder de construir mentalidades de milhões pessoas, influenciando a ideia de direitos humanos e até de democracia.

A comunidade LGBTI+ tem sido discriminada, ao longo de vários séculos, tanto pela sociedade em geral como pelos media. Assim, uma representação positiva da comunidade passada por estes leva a que muitas pessoas LGBTI+ percebam que não estão sozinhas, que possuem valor, ficando, conseqüentemente, mais fortalecidas.

7.1. Cobertura de eventos LGBTI+ na TVI

A investigação neste relatório destina-se a analisar a cobertura de eventos LGBTI+ na informação da TVI, para perceber como é que a cobertura deste canal generalista de televisão influencia a representação da comunidade LGBTI+.

Para este estudo, decidi analisar todas as peças informativas do ano 2019 relacionadas com a temática LGBTI+ presentes do site TVI Player (tviplayer.iol.pt). Este é um site onde a TVI armazena grande parte dos conteúdos passados em direto.

Procedi à pesquisa através das seguintes palavras-chave: LGBTI, Gay, Homossexual, Transexual, Transgénero, Lésbica e Bissexual. Através destas palavras-chave, consegui recolher vinte das centenas de peças informativas que foram publicadas em 2019 no site TVI Player. Decidi não contabilizar nem analisar as peças de entretenimento presentes no site.

Como determinei analisar as peças de um período de um ano presentes no site, concluo que a TVI publica, em média, menos de duas peças por mês no seu site de arquivo, a TVI Player.

7.2. Peças relacionadas com a comunidade LGBTI+ no site “TVI Player” em 2019

7.2.1. Análise das peças

Como referi anteriormente, procedi à pesquisa no site TVI Player utilizando as palavras LGBTI, Gay, Homossexual, Transexual, Transgénero, Lésbica e Bissexual, para perceber de que forma a comunidade LGBTI+ é representada e apresentada neste órgão de comunicação social e, conseqüentemente, verificar se este meio audiovisual utiliza a cobertura de eventos para formar uma imagem positiva da população em estudo.

Geralmente, quando os media fazem a cobertura de determinado evento, o público também o considera relevante e digno de atenção. Por isso, a forma como o evento é representado vai contribuir para formar uma ideia geral nas mentalidades das pessoas em relação ao mesmo.

Das vinte peças que foram, posteriormente, analisadas, a maior percentagem (30%) foi encontrada no site através da palavra “Homossexual”, seguida de “Transgénero” e de “Gay”, como podemos ver no gráfico abaixo:

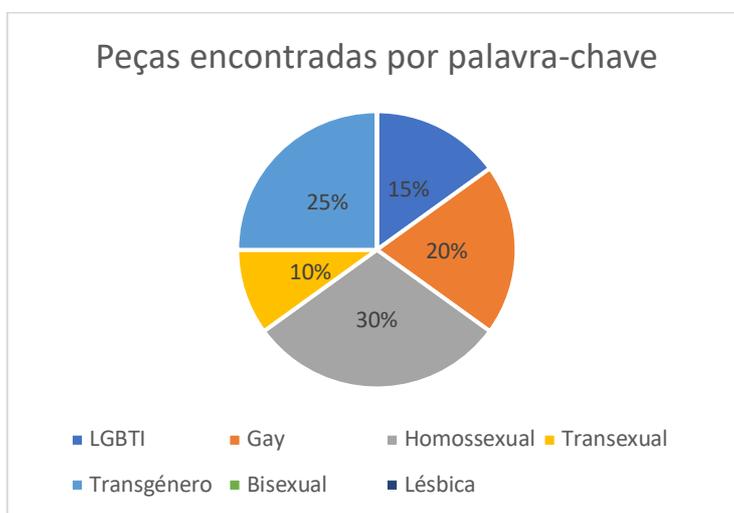


Gráfico 1 – Peças informativas encontradas no site “TVI Player” por palavras-chave

Contrariamente ao que esperava, a sigla “LGBTI” não foi das palavras-chave que continham mais peças, apesar de ser a sigla que engloba todas as outras palavras procuradas. Isto significa que ainda não há, da parte de muitos jornalistas, uma grande familiarização com a sigla.

Numa entrevista, feita por mim para o Pois.pt, a Tavares, membro da direção da Rede Ex Aequo, esta afirmou que “apesar de muitos jornalistas terem empatia pela causa,

falta-lhes algum conhecimento técnico sobre o meio e o vocabulário LGBTI+” (Tavares, 2019).

Durante as peças, as únicas analisadas em que a sigla “LGBT” era, efetivamente, dita, foi nas referentes às marchas LGBTI+. Posto isto, não é de estranhar que o público em geral não saiba a que se refere a comunidade LGBTI+ visto que, nas peças informativas da TVI, esta não é frequentemente referida.

Não foram encontradas quaisquer peças ao procurar pelas palavras “Lésbica” ou “Bisexual”. Suzanna Walters (2001) repara que "a relação das lésbicas com os media foi sempre complexa e mais profundamente codificada pela invisibilidade do que a dos homens gays". Ou seja, há uma supremacia de representação de homens gays nos media em comparação com outros indivíduos da comunidade LGBTI+.

Quanto à origem, grande parte das mesmas foram gravadas em Portugal, pela TVI. Contudo, um número significativo tem origem internacional, destacando-se as relacionadas com política no Brasil e nos Estados Unidos da América, em que dirigentes políticos criticam e discriminam a comunidade LGBTI+. Estes comentários, vindos de figuras de autoridade, podem ser bastante prejudiciais para a representação deste grupo.



Gráfico 2 - Origem das peças informativas

Nos últimos anos, a imagem da comunidade LGBTI+ que tem sido passada pelos media tem vindo a melhorar bastante, principalmente nas reportagens em que é feita a cobertura de eventos. Nota-se um esforço da parte dos jornalistas para tentar mostrar a comunidade tal como ela é, e não uma imagem distorcida da mesma com o objetivo de ridicularizar ou fomentar preconceitos já existentes na sociedade, mas acabar com os mesmos.

Ao analisar as peças, considerei como “imagem positiva” as que incluíam ativistas da comunidade a explicitar quais os objetivos da mesma, peças que mostravam todo o tipo de pessoas e a comunidade como um todo, apesar da variedade dentro da mesma.

Nestas peças, em vez de serem reforçados estereótipos para perpetuar os preconceitos, a comunidade é apresentada como um conjunto de seres humanos que lutam pela igualdade jurídica e social.

Quanto às peças que transmitem imagem negativa, incluí as que continham figuras de autoridade, tais como políticos, padres ou psicólogos que se assumiam contra as pessoas “não-heterossexuais”, considerando-as como “anormais” e “antinaturais”.

As peças que transmitem imagem neutra apresentam ambos os lados, de forma imparcial, para que as audiências retirem as próprias conclusões em relação à população LGBTI+.

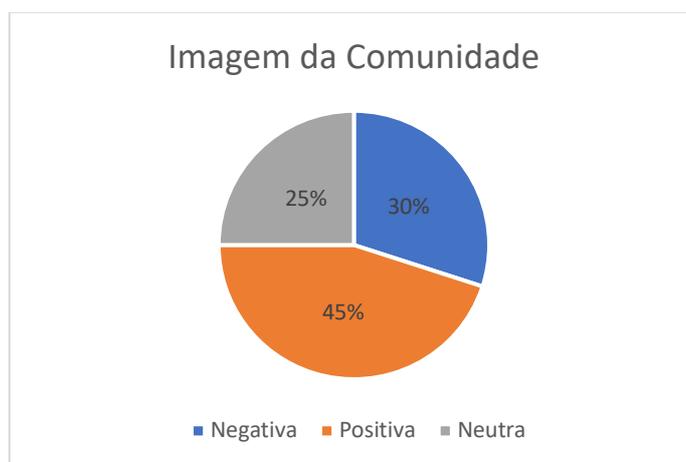


Gráfico 3 - Imagem da Comunidade representada pelos Media

Como podemos observar no gráfico 3, em quase metade das peças analisadas, a comunidade é representada de forma positiva. As peças mais imparciais, em que não é transmitida nem imagem positiva nem negativa, relacionam-se, em grande parte, com a aprovação de leis relacionadas com as pessoas LGBTI+. Quanto às que passam uma imagem negativa, estão ligadas, como já foi referido, a comentários discriminatórios de dirigentes políticos internacionais relacionados com a população LGBTI+.

É importante também analisar qual a relevância que a comunidade possui nas peças analisadas. Assim, estão incluídas em “principal” as peças em que a comunidade ou assuntos relacionados com a mesma são o tema principal, tais como marchas pelos direitos LGBTI+. Como “secundária”, encontram-se as peças em que a população LGBTI+ é referida, mas não é o foco principal da peça. Ou seja, podem mencionar ou fazer referência à comunidade, mas sem grande desenvolvimento. Tomemos como exemplo: “Lady Gaga deixa recado a Donald Trump em mensagem de Natal”, em que o tema principal é o protesto contra a ideologia do presidente norte-americano, sendo que a comunidade apenas é referida porque Lady Gaga é também ativista social.

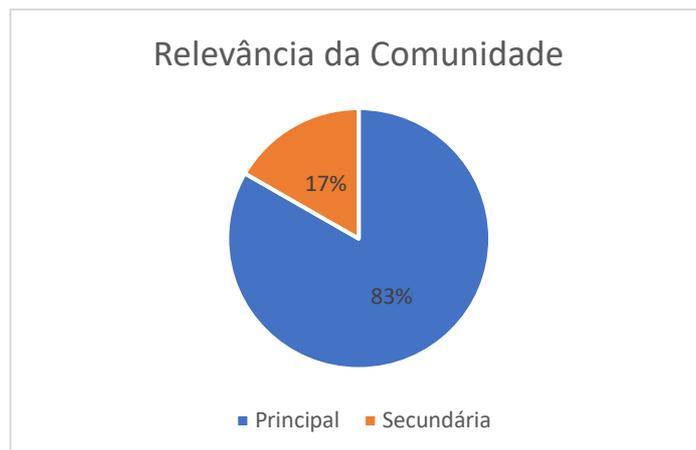


Gráfico 4 - Relevância da Comunidade LGBTI+ nas peças

A comunidade LGBTI+ tem tido cada vez mais destaque nas peças relacionadas com assuntos LGBTI+, contrariamente ao que ocorreu durante muitos anos, em que as fontes de autoridade, aquelas que eram consideradas credíveis nas matérias LGBTI+, não eram os elementos da própria comunidade.

Como era de esperar, a secção em que mais constavam as peças em estudo é a de “sociedade”, seguida de “mundo” e “política”. Apenas uma das peças analisadas enquadrou-se em “cultura”, referente a uma adaptação do filme da Disney “A Bela e o Monstro”, em que uma das personagens é assumidamente homossexual. Esta adaptação do filme gerou alguma polémica, sendo que em alguns países a exibição do filme foi até proibida.

Nenhuma das peças estava inserida nas secções “economia” ou “desporto”, tal como consta no gráfico 5.

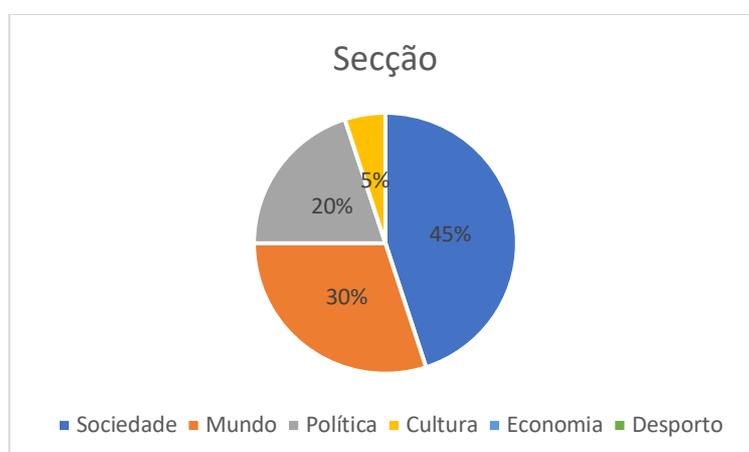


Gráfico 5 - Secção em que eram inseridas as peças

Estranhei a ausência de notícias na secção “Desporto”. Contudo, neste caso, suponho que a falta de notícias não esteja relacionada com os jornalistas nem com esta estação televisiva, mas com a falta de material LGBTI+ relacionada com desporto para noticiar. É do conhecimento geral que há algum preconceito em relação à comunidade LGBTI+ em muitos desportos, principalmente no desporto mais noticiado, o futebol.

Verifica-se a predominância do género notícia na amostra de peças analisada. Contudo, há algum espaço também para pequenas reportagens ou entrevistas. Nada foi encontrado nos géneros perfil ou opinião relacionado com o tema em estudo.

Quanto à percentagem atribuída a notícias ou reportagens, as peças encontradas estão em conformidade com o padrão geral de peças informativas da TVI. Contudo, para melhorar a imagem da comunidade, uma percentagem maior de entrevistas seria crucial, pois poderia gerar uma maior proximidade entre os membros da comunidade e as audiências e, conseqüentemente, a diminuição de preconceitos.

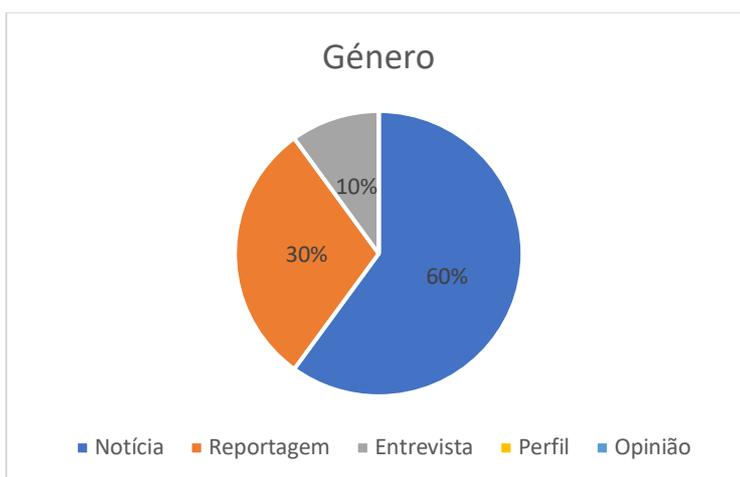


Gráfico 6 - Género da Peça

A existência de peças do género “Perfil” ou “Opinião” também seriam importantes, principalmente no que toca a opiniões de pessoas especializadas no assunto e membros da comunidade, ajudando a desmistificar algumas ideias erradas que a população geral possui acerca das pessoas LGBTI+.

Nota-se a necessidade de criação de conteúdos para empoderar a comunidade que é, geralmente, apresentada como vítima, como conteúdos de pessoas LGBTI+ bem-sucedidas e fortes. Se os artigos mostrarem sempre a comunidade estigmatizada, como alvo de preconceito e discriminação, estes estereótipos são, também, reforçados na sociedade.

7.2.2. Conclusões acerca da representação da comunidade LGBTI+ nas peças

Através desta análise foi possível concluir que, também na informação da TVI, a imagem da população LGBTI+ tem vindo a ser melhorada e fortalecida. Percebi que em todas estas peças, além de informar, há uma tentativa bem conseguida de explicar e contextualizar as mesmas, para que os conceitos sejam percebidos da melhor forma pelo público, de modo a evitar uma má interpretação da comunidade.

Segundo Inês de Sousa Real (2019), deputada do partido PAN (Pessoas, Animais e Natureza), numa entrevista ao *Pois.pt*, “nota-se, atualmente, pelos media, que temos uma sociedade mais evoluída e mais empática”. Contudo, percebi que, nalgumas peças, o discurso utilizado pelos jornalistas não é o mais correto e pode induzir o espectador em erro.

Das peças analisadas, retirei algumas expressões que considerei menos corretas para exemplificar o porquê de considerar necessária uma maior atenção no que toca à linguagem informativa. Por exemplo, numa peça relativa à comemoração de cinquenta anos da “Revolta de Stonewall”, a jornalista refere-se à mesma como a “revolta dos gays, lésbicas, transexuais e travestis”. Ao incluir o termo “travestis” nesta frase, está a induzir as audiências em erro, dando a entender, erradamente, que “travesti” é também uma orientação sexual.

Quanto à reportagem na marcha pelos direitos LGBTI+ em Lisboa, logo no início podemos ouvir: “Homossexuais, pais de homossexuais e até heterossexuais. Foram muitos aqueles que se manifestaram contra o preconceito”. Aqui, estão a ser excluídas todas as restantes orientações sexuais presentes na sigla “LGBTI+”, como se esta marcha fosse exclusiva para reivindicação de direitos homossexuais. Além disso, reforçam o estereótipo de oposição entre homossexuais e heterossexuais na sociedade. Como afirma Rodrigues: “grande parte das notícias sobre a comunidade apenas destaca o homem branco caucasiano e gay, ignorando a voz e existência de outras etnias e identidades” (Rodrigues, 2019).

Outro exemplo, presente numa reportagem cujo tema principal é o lançamento do livro de um padre espanhol que se assumiu homossexual, a jornalista refere: “acredita em Deus, mas desacredita a igreja”. Esta citação dá a entender que qualquer homossexual está a pôr em causa a instituição “Igreja”. Além disso, está a retirar, mesmo que indiretamente, a legitimidade de um padre homossexual continuar a exercer a profissão nos moldes da instituição. Isto confirma a citação de Rodrigues (2019): “algumas representações no discurso jornalístico ainda sustentam a ideia de uma situação de conflito entre a comunidade LGBTI+ e a igreja”.

Verifiquei também que, nalgumas peças, é utilizada erradamente a expressão “opção sexual” para referir a orientação sexual, ou então o termo “normal” para a heterossexualidade, reforçando a ideia de que as restantes orientações sexuais são algo “anormal”. Muitas vezes, usa-se também a expressão “comunidade gay”, que deveria ser substituída por “comunidade LGBTI+”. Este tipo de discursos acaba por reforçar a

ideia de que a “não heterossexualidade” é uma opção e que não é normal ou aceitável na sociedade.

André Silva, deputado do partido PAN, afirmou até que “poderíamos ter as melhores leis aprovadas pelo parlamento, mas o mais importante numa sociedade é mudar consciências no que diz respeito a todas as formas de discriminação. Combater a violência é muito mais difícil e demorado do que alterar leis, mas uma boa representação pública da comunidade é o caminho que temos a trilhar nos próximos anos” (André Silva, 2019).

7.3. Comparação com a representação da comunidade LGBTI+ no Pois.pt

Após esta análise às peças relacionadas com temas LGBTI+ encontradas no site TVI Player entre outubro e dezembro de 2019, decidi fazer uma comparação com as da multiplataforma Pois.pt publicadas durante o mesmo período.

Sendo o Pois.pt registado na ERC como um órgão de comunicação social de informação especializada, e praticamente todos os colaboradores pertencentes à comunidade LGBTI+, podem notar-se algumas diferenças relativamente a um órgão de comunicação generalista, como é o caso da TVI.

Começo por referir o maior cuidado relativamente ao discurso nas peças. O discurso transmitido nos media foi e é, muitas vezes, um dos maiores problemas que a comunidade LGBTI+ enfrenta na luta contra o preconceito. Como tal, um discurso correto e cuidado faz toda a diferença. A formação especializada na temática LGBTI+ dos jornalistas do Pois.pt leva à divulgação de uma imagem mais correta e realista da comunidade.

Em segundo lugar notei também que existem vários eventos que são considerados de elevada importância para a comunidade LGBTI+, tais como o Festival de Cinema Queer, que não são cobertos pela TVI mas que o são tanto pelo Pois.pt como pelos restantes órgãos de comunicação direcionados para a população LGBTI+. Nos últimos anos, os órgãos de comunicação generalistas em Portugal apenas têm coberto os eventos públicos LGBTI+ com mais exposição, como é o exemplo do Arraial Pride e da Marcha LGBT.

Quanto à origem das peças, todas elas neste período foram produzidas pelo Pois.pt. A comunidade LGBTI+, ou assuntos diretamente relacionados com a mesma, têm sempre relevância principal e todas as peças transmitem uma imagem positiva da comunidade.

A percentagem de peças publicadas pelo Pois.pt, no geral, segue o padrão da TVI, relativamente à secção em que se inserem, se bem que a secção “cultura” ganha mais espaço, pelo motivo que foi referido anteriormente, ou seja, a quantidade de eventos LGBTI+ que os media tradicionais não cobrem.

Em relação ao género, e embora as maiores percentagens sejam notícias ou reportagens, o Pois.pt tem uma percentagem bastante significativa de entrevistas. Muitas destas entrevistas foram realizadas por mim durante este período de estágio. Desta forma, sinto que contribuí para dar voz e visibilidade à grande diversidade de pessoas e diferentes orientações sexuais que fazem parte da sigla LGBTI+.

Apesar da grande evolução dos media generalistas, nos últimos anos, no que toca à representação da população LGBTI+, este tipo de jornalismo especializado é mais importante para a causa, porque fortalece a imagem da população e consegue transmitir uma reprodução mais fiel da realidade.

Conclusões

O surgimento da internet facilitou o aparecimento de novas formas de divulgar e representar o mundo que nos rodeia. Dado que os media influenciam a forma como as audiências se posicionam em relação a pessoas e eventos, os novos media, online, têm influenciado a informação jornalística e, conseqüentemente, a forma como o mundo é lido pelos recetores.

Os media possuem o poder de moldar a realidade social através do discurso verbal e visual. O enquadramento e apresentação de eventos nos media pode afetar a forma como os recetores das notícias interpretam os mesmos, dado que a visibilidade e representação dos eventos são filtradas pelos media.

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como uma ação que tem como principal objetivo a alteração de políticas públicas e, pelo poder social que os media possuem, estes movimentos têm criado relações fortes com os media para se fazerem ouvir na sociedade.

O movimento LGBTI+, movimento social que nasceu após 1995 e engloba todas as pessoas “não-heterossexuais” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e restantes), não é diferente e tem também desenvolvido estratégias de comunicação com os media com o objetivo de “corrigir os discursos” que são difundidos pelos mesmos.

Nos últimos anos, o movimento LGBTI+ tem feito um caminho notável a nível político em relação a práticas e discursos. Os ativistas deste movimento estão conscientes do enquadramento noticioso de que são objeto e têm desenvolvido uma relação de proximidade com os media, fornecendo, muitas vezes, toda a informação acerca da comunidade já tratada num formato pronto a ser consumido pelas audiências, de modo a difundir a mensagem considerada “certa”.

As minorias, no geral, pretendem que as suas identidades sejam reconhecidas socialmente e, para isso, é necessária uma reeducação jornalística em relação à terminologia utilizada pelos jornalistas, para que não sejam passadas representações erradas. É, cada vez mais, essencial que as representações da realidade sejam justas e reais, principalmente no que toca a conteúdos informativos.

A partir da segunda metade da década de 90, a rua passou a ser reclamada como palco de participação cultural e reivindicação política. O papel dos media assume aqui uma particular importância no que trata do exercício político dessa visibilidade e legitimidade fora do espaço privado.

Durante muitos anos, a cobertura mediática de eventos LGBTI+ reforçava os estereótipos anti homossexuais, representando a comunidade LGBTI+ como extravagante e completamente fora daquilo que era considerado “normal”. Contudo, esta minoria tem, cada vez mais, conseguido expressar-se publicamente e transformar as representações dos media tradicionais.

A posição que a sociedade assume em relação a um movimento social é, geralmente, construída através da informação divulgada pelos media e do enquadramento utilizado. Por isso, uma representação positiva pode garantir um sentido de comunidade e aumentar a autoestima dos membros.

A cidadania, para as minorias, começa com o acesso democrático aos meios de comunicação. A forma como os grupos sociais são apresentados nos media pode ser sinónimo de como são tratados no quotidiano, daí a grande importância de uma representação positiva dos mesmos.

Os novos media contribuíram para a maior divulgação de informação e cobertura de eventos. O YouTube é das plataformas mais inovadoras para conteúdos de media audiovisuais e, por isso, os novos media usam-na frequentemente para divulgar conteúdo.

A criação de conteúdos tem-se, cada vez mais, adaptado às novas plataformas online. Até os media tradicionais têm reforçado a sua presença online para que o público possa interagir com o conteúdo.

Através da análise das peças informativas relacionadas com a comunidade LGBTI+, em 2019, presentes no site TVI Player, pude verificar que a maior parte das peças transmite uma imagem positiva da comunidade, através dos eventos. Contudo, uma percentagem considerável transmite, ainda, uma imagem negativa da população LGBTI+. Isto significa que a cobertura informativa deste grupo minoritário, nalgumas peças, ainda reforça estereótipos negativos.

Na nossa sociedade, e apesar da evolução a que temos assistido, ainda existe alguma propagação de discursos discriminatórios em relação à comunidade LGBTI+, e alguns jornalistas, como pessoas envolvidas na sociedade, acabam por ter o mesmo comportamento. Por isso, uma representação verdadeira desta comunidade nos media é importante, não apenas para a população não-heterossexual, mas também para a população heterossexual.

Para o melhoramento da cobertura destes eventos, seria bastante útil um investimento na formação de mais jornalistas nesta temática. O número de conteúdos informativos relacionados com a temática LGBTI+ ainda se encontra longe do desejável para um canal generalista que foi líder de audiências durante vários anos seguidos. Contudo, a representação da comunidade LGBTI+ tem vindo a melhorar muito ao longo dos anos e nota-se um esforço da parte do canal para transmitir uma imagem, cada vez mais, positiva desta população.

O ciberespaço incentiva o utilizador a participar em grupos com o objetivo de discutir questões que lhe possam interessar, contribuindo para a democracia. Este espaço virtual permitiu o desenvolvimento de comunidades que favorecem o ativismo e enfraquecem o isolamento social.

O acesso fácil a imagens e informação oferece a possibilidade de construir qualquer tipo de representações. Contudo, existe ainda um longo caminho a percorrer de modo a que a inclusão e a diferença sejam celebradas.

Bibliografia

Adorno, T. W. (1998). On the Question: "What Is German?". Em *Critical Models: Interventions and Catchwords* (Henry W. Pickford, Trad.). New York: Columbia University Press.

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Alwood, E. (1996), *Straight News. Gays, Lesbians, and the News Media*, New York: Columbia University Press.

Bakhtin, Mikhail. 2006 (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ª Ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC.

Barakso, M.; Schaffner, B.F. (2006). *Winning Coverage: news media portrayals of the women's movement, 1969-2004*. The Harvard International Journal of Press/Politics, 11(4): 22-44.

Barbalho, Alexandre. *Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo*. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. 1 ed., São Paulo: Ed Paulus, 2005.

Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva. *Comunicação e Sociedade* 21, 231-240.

Barker-Plummer, B. (1995). News as a Political Resource: Media Strategies and Political Identity in the U.S. Women's Movement, 1966-1975. *Critical Studies In Mass Communication*, 12(3), 306-324.

Bastos, S.P. (1997), *O Estado Novo e os seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

Becker, Howard. (2009). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bennett, L. (1998). *The Perpetuation of Prejudice in Reporting on Gays and Lesbians: Time and Newsweek, the First Fifty Years*. Cambridge, MA: Joan Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy, Harvard University.

Bernstein, Mary. (1997). *Celebration and Suppression: The strategic uses of identity by the lesbian and gay movement*. *American Journal of Sociology*. Vol 103 (3): 531- 565

Boccia Artieri, G. (2012). "Productive Publics and Transmedia Participation." *Participations - Journal of Audience & Reception Studies* 9 (2).

Bourdieu, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Bourdieu, P. (1996). *Sobre a televisão*. trad Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, Nova Iorque, Routledge.
- Brandão, A. (2014). *Cidadania, identidade e ativismo gay e lésbico: Diálogos paradoxais*. Dilemas, Vol. 7, pp. 59-72.
- Brandão, A.; Machado, T. (2012). *How Equal Is Equality? Discussions About Same-sex Marriage in Portugal*. Sexualities, Vol. 15, no 5-6, pp. 662-678.
- Briggs, A. e Burke, P. (2002). *A Social History of the Media (From Gutenberg to the Internet)*, Polity Press em associação com Blackwell Publishing Ltd., de Oxford, Inglaterra. ed.
- Bristow, J. (1997). *Sexuality*. London: Routledge SUMMERS.
- Burgess, J. e Green, J. (2009). *Youtube: Digital Media and society series*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Caldeira, C. (2011). A representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa – uma questão «territorial». *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 0(5/6).
- Carneiro, Nuno Santos. (2009). *Homossexualidades: Uma psicologia de ser, pertencer e participar*. Porto: Livpsic.
- Carneiro, Nuno, Isabel Menezes. (2004). *“Paisagens, caminhos e pedras: Identidade homossexual e participação política”*. In CASCAIS, António Fernando (org). Interdisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer). Lisboa: Fenda Edições.p 117-142.
- Carvalho, José Murilo de. (2007). *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cascais, António F. (2006). «Diferentes como só nós. O ativismo LGBT português em três andamentos», In Ana Cristina Santos (org), *Estudos Queer: Identidades, contextos e ação coletiva*. Número temático da Revista Crítica de Ciências Sociais, 76.
- Castells, M. (1998). *The Information Age: Economy, society and culture*. Vol. II. Cornwall: Blackwell Publishers.
- Chauncey, G. (1998). *Gay New York*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 125.
- Cooper, D. (2001). «Like Counting Stars? Re-Structuring Equality and the Socio-legal Space of Same-Sex Marriage», In Robert Wintemute & Mads Andenæs (orgs.). *The Legal Recognition of Same-Sex Partnerships*. Oxford, Hart Publishing, 70-86.

Dee, H. (2010). *“The Red in the Rainbow: Sexuality, Socialism and LGBT Liberation”*. Bookmark Publications, Londres.

Doyle, G. (2016). *Resistance of channels: Television distribution in the multiplatform era*. *Telematics and Informatics*, 33(2), 693-702. <http://eprints.gla.ac.uk/107992/2/107992.pdf>

Dyer, R. (1993). *The Matter of Images: Essays on Representations*. London: Routledge. ECRI.

Eco, Umberto. (1993). *Leitura do Texto Literário: Lector in fabula*. trad Mário Brito. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Presença. LDA.

Estanque, Elísio (1999). *Ação Coletiva, Comunidade e Movimentos Sociais*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55: 85-111

Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), 51-58.

Fairclough, Norman. 2001 (1992). *Discurso e mudança social*. Trad de Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Ferreira, Jairo; Vizer, Eduardo (2007). *Media e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Ed Paulus.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A vontade de saber (M. T. Albuquerque & J. A. Albuquerque, Trad.)*. Rio de Janeiro: Edições Graal (Obra original publicada em 1976).

Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade*. Lisboa: Relógio d'Água

Fraser, N. (1999). «Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy», In Craig Calhoun (org.). *Habermas and The Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 109-141.

Fonseca, I. (2018). *A televisão do futuro: um estudo sobre a plataforma youtube*. Tese de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, Portugal.

Gameiro, O. (1998). *Do Ato à Identidade: Orientação sexual e estruturação social*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Gamson, W.A.; Modigliani, A. (1987). *The changing culture of affirmative action, In Research in Political Sociology*. ed. R.G. Braungart & M.M. Braungart. Greenwich, CT: JAI Press.

Giddens, A. 1996 (1992). *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. trad de Rosa Maria Perez. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora.

- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta.
- Gitlin, T. (1980). *The Whole World Is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*, Berkeley. University of California Press.
- Gross, L. (1991). *Out of the mainstream: Sexual minorities and the mass media*. Journal of Homosexuality. 21:1-2, 19-46.
- Hall, Stuart. 1980 (1973). "Encoding/Decoding". In Hall, Stuart, et al. 1980. *Culture, Media, Language*. New York: Routledge. P 128-138.
- Hanisch, C. (1969). «The personal is political», <http://www.perdigiorno.net/manifesto/personalpolitical1969.pdf> [consultado em 09/10/2019].
- Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Hubbard, Phil (2001). *Sex zones: Intimacy, citizenship and public space*. Sexualities. Vol. 4 (1): 51-71 ILGA-Europe.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture*. New York University, New York.
- Jenness, V. (1993). "Coming Out: Lesbian Identities and the Categorization Problem". Em: Plummer, Ken (org). *Modern Homosexualities: Fragments of Lesbian and Gay Experience*. Londres, Routledge, pp. 65-74.
- Johnson, C. (2002). *Heteronormative Citizenship and the Politics of Passing*. Sexualities, 5 (3), 317-336.
- Katz, J. (1996). *The invention of heterosexuality*. USA: Plume/ Penguin.
- Lange, G. P. (2008). *Publicly Private and Privately Public: Social Networking on YouTube*. Journal of Computer-Mediated Communication 13. 361–380.
- Lay, S., & Thomas, L. (2012). *Ethnic minority media in London: transition and transformation*. Media, Culture & Society. 34(3), 369–380.
- Lévy, P. (2003). *A Inteligência Coletiva*. 4ª ed. São Paulo: Loyola.
- Lisbôa, Eliana Santana, João Batista Bottentuit Junior, and Clara Pereira Coutinho. (2009). *O contributo do vídeo na educação online*. Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Braga, 2009-09.
- Lotz, A. D. (2007). *The Television will be Revolutionized*. New York. NYU Press.
- Luchmann, Lígia Helena Hahn; Souza, Janice Tirelli Ponte. (2005). *Geração, democracia e globalização: faces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. Serviço Social & Sociedade. 84, 91-117.

Lull, J. (1995). *Media, Communication, Culture. A Global Approach*, Cambridge: Polity Press.

Machado, J. (2007). *Ativismo em Rede e Conexões identitárias: Novas Perspetivas para os Movimentos Sociais*. *Sociologias*. 18, 248- 285.

Maffesoli, M. (2002). *Sobre o Nomadismo: Vagabundagens Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Record.

Manovich, L. (2001). *The Language of New Media*. USA: Massachusetts Institute of Technology.

Maurício, A. (2018). *A atuação dos sistemas de proteção de direitos humanos na defesa a comunidade LGBT*. Tese de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.

McQuail, D. (1994). *Mass Communication Theory: An Introduction. 3rd ed.* London: SAGE Publications.

Mendes, José Manuel de Oliveira; Seixas, Ana Maria. (2005). *Ação coletiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 72, 99-127.

Nettleton, P. H. (2015). *Stop the Press: The Future of Journalism Is Not Post-Political*. *The Communication Review*. 18:2, 123-141.

Nölke, A.-I. (2017). *Making Diversity Conform? An Intersectional, Longitudinal Analysis of LGBT-Specific Mainstream Media Advertisements*. *Journal of Homosexuality*, 65(2), 224–255.

Olsson, J. e Spigel, L. (2004). *Television after TV: Essays on a medium in transition*. Duke University Press. Durham, NC.

Paiva, R. (1998). *O espírito comum*. 1 ed., Petrópolis, RJ: Ed Vozes.

Papacharissi, Z. (2009). *Journalism and Citizenship: New Agendas in Communication*. New York: Routledge.

Parmeggiani, B. (2016). *A Televisão e as Teorias da Comunicação: o conceito de TV segundo alguns dos principais autores da área*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Plummer, K. (2003). *Re-Presenting Sexualities in the Media*. *Sexualities*. Special Issue 6 (3/4).

Plummer, K. (2003). *Intimate Citizenship: Private Decisions and Public Dialogues*. Seattle, University of Washington Press.

Pryston, Angela; CUNHA, Paulo (orgs). (2008). *Ecossistemas urbanos: a cidade e suas articulações midiáticas*. Porto Alegre: Ed Sulina.

Rial, C. (2007). “Guerra de imagens e imagens da Guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque”. *Estudos Feministas*. Nº 15 (1): 280. Florianópolis. 131-151.

Rodrigues, M. (2019). *O papel dos media na representação e inclusão das minorias: A cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ na RTP*. Relatório de Estágio de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Rosa, F. (2010). *A construção da visibilidade LGBT: uma análise crítica do discurso jornalístico*. Tese de Mestrado. ISCTE do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Rosky, C. (2016). “Still Not Equal”, in BALL, Carlos A., *After Marriage Equality: The Future of LGBT Rights*. New York University Press, Nova Iorque.

Sá, A. (2002). *Media, Mass Media, Novos Media e a Crise da Cidadania*. Obtido de BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação [Online]: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>.

Sahin, S. (2018). *Coming out: the role of journalism in social exclusion of LGB people*. Journalism.

Santos, A. (2005). *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*, Porto, Afrontamento.

Santos, A. (2008). *Enacting Activism. The political, legal and social impacts of LGBT activism in Portugal*. Tese de Doutoramento. Centre for Interdisciplinary Gender Studies, University of Leeds.

Santos, A. (2009), *Molduras Públicas de Performatividade Queer e Representação Mediática em Portugal*, *Revista Ex Aequo* 20.

Santos-Sainz, M. (2013). *The imaginaries of the future journalists of France*. *Revista Latina de Comunicación Social*. 68, 139–160.

Scheufele, D.A. (1999). *Framing as a theory of media effects*. *Journal of Communication* 49 (1): 103-123.

Seidman, S. (2002). *Beyond the Closet: The Transformation of Gay and Lesbian Life*. New York, Routledge.

Shapiro, E. (2004). “Trans” cending Barriers. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 16(3-4), 165–179.

Silva, Carlos; Castro, E. de; Cascais, Fernando; Nascimento, José Luís et al. (orgs.) (s.d.) – *Olhares (d)a Homossexualidade: Um contributo para a história das homossexualidades no século XX português* [CD-Rom]

Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria de comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Ed Vozes.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1988). “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography”. Em: Guha, Ranajit [e] SPIVAK, Gayatri Chakravorty (orgs). *Selected Subaltern Studies*. Oxford, Oxford University Press, pp. 3-32.

Stein [e] Plummer, Ken. (1996). “‘I Can’t Even Think Straight’: ‘Queer’ Theory and the Missing Sexual Revolution in Sociology”. Em: SEIDMAN, Steven Seidman (org). *Queer Theory/Sociology*. Cornwall, Blackwell, pp. 129-144.

Taques, F. (2012). *Movimento LGBT em Portugal e Espanha*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

Tarrow, S. (2009). *O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes.

Tomàs, Jordi M. Monferrer. (2010). *Identidad y Cambio Social: Transformaciones promovidas por el movimiento gay/lesbiano en España*. Barcelona-Madrid: Egales Editorial.

Touraine, A. (2007). *Um Novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Editora Vozes.

Vale de Almeida, M. (2004). “A teoria queer e a contestação da categoria ‘género’”. In CASCAIS, António Fernando (org). *Interdisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda Edições. 91-98.

Vale de Almeida, M. (2009). *A Chave do Armário: Homossexualidade, casamento, família*. Lisboa: ICS.

Van Dijck, J. (2013). *Culture of Connectivity: A Critical History of Social Media*. University Press. ed. Oxford.

Walters, S. (2001). *All the Rage: The Story of Gay Visibility*. Chicago: University of Chicago Press.

Warner, M. (1999). *The trouble with normal: Sex, politics, and the ethics of queer life*. New York: Free Press.

Weeks, J. (1995). *Invented Moralities. Sexual Values in an Age of Uncertainty*. Cambridge, Polity Press.

Wolf, S. (2009). *Sexuality and Socialism: History, Politics, and Theory of LGBT Liberation*. Chicago: Haymarket Books.

Wolton, D. (2004). *A Outra Globalização*. Miraflores: Difel.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em Silva, T (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7- 72). Petrópolis: Vozes.